

## 1. Documento: 18075-2018-45

### 1.1. Dados do Protocolo

**Número:** 18075/2018

**Situação:** Ativo

**Tipo Documento:** Pregão

**Assunto:** Licitação

**Unidade Protocoladora:** SAJ - Secao de Apoio Juridico

**Data de Entrada:** 25/06/2018

**Localização Atual:** SELC - Secretaria de Licitac. e Contratos

**Cadastrado pelo usuário:** FRANCIAR

**Data de Inclusão:** 10/09/2018 14:20

**Descrição:** PP 01/2018 - Contratação de empresa especializada em limpeza, higienização e lavagem de veículos, com fornecimento de material, equipamento e pessoal.

### 1.2. Dados do Documento

**Número:** 18075-2018-45

**Nome:** e-PAD 18075-2018- Pregão Presencial 01-2018 - lavagem de veículos - recurso - homologação - PJ.pdf

**Incluído Por:** Assessoria de Analise Juridica

**Cadastrado pelo Usuário:** CHRISTIN

**Data de Inclusão:** 06/09/2018 17:16

**Descrição:** Parecer Jurídico

### 1.3. Assinaturas no documento

Assinador/Autenticador	Tipo	Data
Christiane Nogueira de Podesta	Login e Senha	06/09/2018 17:16

---

**Documento Gerado em 11/09/2018 12:49:52**

As informações acima não garantem, por si, a validade da assinatura e a integridade do conteúdo dos documentos aqui relacionados. Para tanto, acesse a opção de Validação de Documentos no sistema e-PAD.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Assessoria de Análise Jurídica

**e-PAD:** 18.075/2018.

**Ref.:** Pregão Presencial nº 01/2018. Contratação de empresa especializada em limpeza, higienização e lavagem de veículos, com fornecimento do material, equipamento e pessoal necessários à execução dos serviços.

**Assunto:** Recurso Administrativo hierárquico interposto pela empresa *Centro Automotivo Bandeirantes Ltda.* - ME, em face da decisão da Pregoeira que declarou vencedora do certame (Lote nº 02) a licitante *Lava-a-Jato e Estacionamento Parada com Sabão Ltda.*- ME. Ratificação da decisão. Adjudicação. **Homologação do certame** (Lote nº 02).

**Senhor Diretor-Geral,**

A i. Pregoeira submete à douta apreciação superior a decisão de p. 796/808 (doc. nº 18075-2018-43), a qual manteve a anterior que declarou habilitada a empresa *Lava-a-Jato e Estacionamento Parada com Sabão Ltda.* e vencedora do certame (Lote nº 02) (doc. nº 18075-2018-30, p. 738), negando, por conseguinte, provimento ao recurso administrativo hierárquico interposto pela empresa *Centro Automotivo Bandeirantes Ltda.*, nos termos do disposto no art. 4º XVIII e XXI da Lei nº 10.520/2002.

Destarte, os autos foram enviados a esta Assessoria para emissão de parecer jurídico (arts. 38, VI, Lei nº 8.666/93 e 4º, XXI da Lei nº 10.520/2002), de modo a instruí-los e a subsidiar a prolação de decisão pela digna autoridade superior, bem assim para adjudicar o Lote nº 02 e homologar o certame, pelos fundamentos aduzidos adiante.

## **1 – RELATÓRIO.**

A empresa *Centro Automotivo Bandeirantes Ltda.* interpôs Recurso hierárquico contra a decisão da Pregoeira que declarou vencedora do certame (Lote nº 02) a licitante *Lava-a-Jato e Estacionamento Parada com Sabão Ltda.* (doc. nº 18075-2018-30, p. 738), alegando, em síntese, que (doc. nº 18075-2018-37, p. 766/769):

## **2. DAS RAZÕES E FUNDAMENTOS**

### **2.1. DA INOBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA; LEGALIDADE E PRINCÍPIO DA PRIMAZIA DO INTERESSE PÚBLICO SOBRE O PARTICULAR**

Depreende-se da transcrição é de que a empresa vencedora ganhou na concorrência nos dois Lotes. Caberia a pregoeira, declarado a *Lava-a-Jato e Estacionamentos Parada com Sabão Ltda.*, como vencedor no Lote ecológico e dado prosseguimento com processo de habilitação no Lote 01 – Lavagem ecológica. Entretanto, houve manifesta desistência da empresa vencedora em relação ao Lote 01, optando pelo processo de concorrência no Lote 02, o que não conta expressamente em ata.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Assessoria de Análise Jurídica

Caberia de plano a pregoeira, declarando a empresa vencedora no Lote 01, dar continuidade a habilitação dessa, uma vez que há no edital, no processo administrativo eletrônico (e-pad), preferência pela lavagem ecológica (Lote 01). Consta também, no Guia de compras do CSTJ, no CNJ e, em leis licitatórias, orientações objetivas à observância por serviços, produtos e procedimentos, que visem a sustentabilidade e preservação do meio ambiente.

[...]

Assim, caso tivesse a pregoeira observados os princípios, bem como, as orientações do CSJT e CNJ, e as disposições vinculativas do edital, ocorreria a desclassificação da empresa vencedora no Lote 01, em razão da não apresentação de comprovação técnica da lavagem ecológica, pois apresentou laudo técnico que gerou questionamentos e diligências. Em sessão posterior realizada em 30/07, considerou-a inabilitada para prestar serviços de lavagem ecológica. Somente a questão econômica, que mesmo assim, não é tão relevante de um serviço ao outro, não seria razoável para deixar de escolher o Lote 01, podendo vir a serem tomadas medidas judiciais em razão da inobservância do edital.

**2.2 DA INFLUÊNCIA DA LAVAGEM ECOLÓGICA NO DECORRER DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**

[...]

O documento de qualificação técnica para lavagem, tanto ecológica quanto convencional não era claro quanto à realização dos serviços. O IEPHA, instituto estadual, que cedeu a carta de qualificação apresentada, não detalhou no texto a quantidade e o tipo de lavagem que a empresa licitante realizou, discorrendo apenas que prestou o serviço de lavagem ao número mínimo de carros solicitados no edital.

A questão se dá em virtude da falta de detalhamento da carta, não houve especificação sobre a técnica de lavagem utilizada e, em quantos carros foi feito cada tipo de lavagem, impedindo a pregoeira e os demais participantes da concorrência da real condição da prestação de serviço.

[...]

Primeiramente pelo ganho de tempo que a mesma obteve, uma vez que houve dúvidas sobre a prestação de serviço, foi aberta diligências para saneamento das pontuais observações feita no processo licitatório, suspendendo a sessão, possibilitando que ela nesse tempo pudesse regularizar pendências que a teriam desclassificado, pois era de apresentação obrigatória podendo no prazo de 5 (cinco) dias para apresentar, o que não ocorreria.

A empresa vencedora declarou espontaneamente que não possuía a CND (Certidão Negativa de Dívidas) na primeira sessão realizada no dia 09/07, na sessão do dia 30/07, a empresa pronunciou-se que não havia ainda



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Assessoria de Análise Jurídica

conseguido encerrar os débitos junto à Receita Federal, o que ultrapassaria se tivesse o certame prosseguido, o prazo para apresentação dos documentos.

Em outro ponto de benefício, sob a dúvida da carta, a parte vencedora, apesar da manifestada desistência em participar do Lote 01 – Lavagem Ecológica, fez uso da mesma para chegar ao valor minimamente inferior ao estabelecido no edital, em relação ao serviço convencional. A carta qualificadora virtualmente permitiu que a empresa licitante escolhesse o lote que desejava, em desrespeito ao princípio da supremacia do interesse público sobre o particular. Não houve o encerramento do leilão do Lote 01, deixando em aberto para que pudesse a vencedora escolher. Dessa forma a empresa vencedora teve maior chance no concurso licitatório que os demais.  
[...]

(destaques originais; grifamos).

Contrarrazões apresentadas pela empresa *Lava-a-Jato e Estacionamento Parada com Sabão Ltda. - ME* (doc. nº 18075-2018-40, p. 776/779), da qual se destaca o seguinte:

Realmente, nossa empresa ofereceu o melhor lance, em ambos os lotes. Mas não é verdade, porém, “que houve manifesta desistência da empresa vencedora em relação ao Lote 01, optando pelo processo de concorrência no Lote 02, o que não consta expressamente em ata”.

Tal “desistência” não constou na ata, justamente, porque ela não aconteceu! O lote 02 foi homologado, em vez do lote 01, simplesmente por que o valor final do lance que demos, neste, foi inferior ao lance final dado naquele!

[...]

Em outras palavras, havia, sim, conforme o Edital, preferência pela lavagem “ecológica”, porém, condicionada a que esta tivesse preços iguais ou inferiores aos propostos para a lavagem “convencional”. Não seria possível, pois, como defende, agora, o recorrente, a finalização da licitação, sem que VExa apurasse, antes, objetivamente, os preços oferecidos em ambos os lotes.

[...]

Neste caso, logicamente, se houvesse algum “beneficiado” com o procedimento adotado, seria ele próprio, que teve a oportunidade de participar da disputa pelo contrato (mesmo não tendo proposta para o lote 01), e não o seu concorrente (que, apesar de deter da única proposta válida para o lote 01, democraticamente sujeitou-se à disputa pelo lote 02, determinada pelo Edital e por VExa).

[...]



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Assessoria de Análise Jurídica

Data Venia, entendemos que o referido documento foi apresentado estritamente dentro dos moldes estabelecidos no Edital e que valia, por si só, independentemente de qualquer conferência posterior, como indicativo da nossa “capacidade técnica e aptidão” (...) “para prestação de serviço compatível com o objeto da licitação”, em ambas as modalidades e na quantidade de apenas 20 lavagens por mês (que corresponde a menos de uma lavagem por dia!) – bem inferior ao nosso real potencial de atendimento.

[...]

Também não é verdade que a diligência nos favoreceu por conta do prazo de apresentação da CND Federal. Como bem observou o recorrente, declaramos “espontaneamente”, na primeira sessão do pregão, que gostaríamos de fazer jus ao referido prazo de 5 dias, porque gostaríamos de resolver certas questões ainda pendentes, junto à RBF.

(destacamos)

É o relatório.

## **2 – ADMISSIBILIDADE.**

Conheço do Recurso Administrativo, por tempestivo, vez que a empresa *Lava-a-Jato e Estacionamento Parada com Sabão Ltda. - ME* foi declarada vencedora do certame no dia 30/07/2018 (Ata da continuidade da sessão do Pregão - doc. nº 18075-2018-30, p. 738), tendo a Recorrente manifestado imediatamente sua intenção de recorrer, em face da decisão da Pregoeira (em 30/07/2018), bem assim apresentado suas razões tempestivamente, conforme asseverado pela Pregoeira à p. 764 (doc. nº 18075-2018-36 - art. 4º, XVIII da Lei nº 10.520/2002 e Item 12.3 do Edital).

## **3 – MÉRITO.**

**3.1 – Da alegada desistência da Recorrida relativamente ao Lote nº 01 (lavagem ecológica) e prosseguimento do certame com relação ao Lote nº 02 (lavagem convencional):**

Alega a Recorrente que, em razão da Recorrida ter arrematado os dois lotes disputados, deveria a i. Pregoeira ter prosseguido com as fases seguintes do Pregão primeiramente com relação ao Lote nº 01, “[...] *uma vez que há no edital, no processo administrativo eletrônico (e-pad), preferência pela lavagem ecológica (Lote 01)*” (doc. nº 18075-2018-37, p. 766/769).

Aduz, além disso, que “[...] *houve manifesta desistência da empresa vencedora em relação ao Lote 01, optando pelo processo de concorrência no Lote 02*” (doc. nº 18075-2018-37, p. 766/769).



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Assessoria de Análise Jurídica

Razão, porém, não lhe assiste.

O prosseguimento do certame para a fase de habilitação apenas com relação ao Lote nº 02 (lavagem convencional) se deu em atenção a disposição editalícia acerca do critério de adjudicação do objeto licitado, *in verbis* (doc. nº 18075-2018-2, p. 543):

**8. SESSÃO PÚBLICA**

[...]

8.17. Terá prevalência na homologação o lote 1, caso o preço arrematado seja igual ou inferior a menor proposta apresentada para o lote 2 (lavagem convencional). Isto importa dizer que apenas um dos lotes será efetivamente homologado, conforme critérios mencionados.

(destaques originais; grifamos)

Do cotejo dos autos, observa-se que tal critério foi estabelecido pela Administração com o objetivo de “[...] *fomentar novos mercados para a lavagem sustentável de veículos, e buscando equilibrar os princípios da economicidade e da sustentabilidade*” (Item 3.4 do Termo de Referência – Anexo II do Edital – doc. nº 18075-2018-2, p. 554/555).

Nada obstante, no caso em apreço, o valor de arrematação do Lote nº 01 foi de R\$ 34.806,67 (trinta e quatro mil, oitocentos e seis reais e sessenta e sete centavos), **superior**, portanto, à menor proposta apresentada (também por *Lava-a-Jato e Estacionamento Parada com Sabão Ltda. - ME*) para o Lote nº 02 (lavagem convencional), no importe de R\$ 34.700,00 (trinta e quatro mil e setecentos reais).

Nesse contexto, **não há que se falar em preferência de homologação do Lote nº 01, uma vez que a situação concreta do certame não se adequou à condicionante prevista no instrumento convocatório** (preferência no caso de as propostas do Lote nº 02 consignarem valores iguais ou superiores ao valor arrematado no Lote nº 01).

Ademais, deve-se ter em mente que os certames processados sob a modalidade pregão admite-se apenas a fixação do critério de julgamento “menor preço”, conforme prescrito no subitem 7.4 do Edital regente da licitação em comento. A previsão contida no dispositivo editalício acima transcrito somente indicou a **predileção** de contratação deste Órgão, **se atendidos os critérios ali estabelecidos**.

Nessa linha, reforça-se que o pregoeiro é autoridade naquelas decisões que a lei e os regulamentos lhe atribuíram, notadamente a negociação de



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Assessoria de Análise Jurídica

preço e condições mais vantajosas para a Administração e, na sequência, o julgamento objetivo da proposta apresentada (art. 4º, XI da Lei nº 10.520/2002).

Sob esse enfoque, a i. Pregoeira declarou, na Sessão do Pregão realizada em 09/07/2018, que “[...] *diante dos valores apresentados, será considerado lote 02 – Lavagem Convencional, para prosseguimento do certame, uma vez que o valor de arrematação do lote 01 – Lavagem Ecológica, ficou maior*” (conforme Ata da Primeira Sessão de Licitação referente ao Pregão Presencial nº 01/2018 – doc. nº 18075-2018-22, p. 686/687).

No contexto, repisa-se a manifestação da i. Pregoeira acerca da disputa de lances realizada quanto ao Lote nº 02, para o alcance do valor arrematado (R\$34.700,00) (doc. nº 18075-2018-43, p. 802):

Passou-se então, à disputa de lances para o lote 2 – Lavagem Convencional, para o qual houve concorrência, já que ambos os participantes apresentaram proposta.

O valor estimado para o lote 2 é de R\$ 41.973,47 (quarenta e um mil, novecentos e setenta e três reais e quarenta e sete centavos), e as propostas iniciais foram, respectivamente de R\$ 52.860,00 (*Lava-a-Jato e Estacionamento Parada com Sabão Ltda*) e R\$ 41.955,00 (*Centro Automotivo Bandeirantes Ltda*).

Iniciada a fase de disputa para este lote, ambos os licitantes abaixaram seus preços iniciais, sendo que o último lance apresentado pelo *Centro Automotivo Bandeirantes Ltda*, ora recorrente, foi no valor de R\$ 41.000,00. Tal lance foi suplantado pela oferta do *Lava-a-Jato e Estacionamento Parada com Sabão Ltda*, no montante de R\$ 39.000,00, valor com o qual já teria arrematado o lote, haja vista que o outro concorrente manteve-se irredutível em sua oferta.

Assim, mais uma vez, a pregoeira entrou em negociação com a licitante, no sentido abaixar o valor de sua proposta. Ciente de que, caso seu lance final para o lote 2 se mantivesse no montante de R\$ 39.000,00, a licitação terminaria por prosseguir somente em relação ao lote 1, conforme determinação expressa do item 8.17 do edital, a licitante abaixou seu preço para R\$ 34.806,00 e, após nova negociação, deu seu lance final no importe de R\$ 34.700,00.

Como se pode ver, não houve nenhuma irregularidade na condução da sessão de lances por parte da pregoeira, que agiu dentro de suas prerrogativas legais. Os lances para os dois lotes foram finalizados normalmente, dentro de sua sequência, primeiro o lote 1 e depois o lote 2. [...]

Ademais, os licitantes são livres para dar os lances que bem entenderem durante a sessão, cumprindo ao pregoeiro, unicamente, alertá-los para os



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Assessoria de Análise Jurídica

perigos de oferta de propostas inexequíveis, o que, inclusive, foi feito na ocasião.

(grifamos)

Assim, tendo a *Lava-a-Jato e Estacionamento Parada com Sabão Ltda. - ME* ofertado o menor valor para o Lote nº 02 (R\$ 34.700,00), com proposta examinada e aceita pela i. Pregoeira (art. 4º, XI, da Lei nº 10.520/2002), reputa-se encerrada a etapa competitiva (art. 4º, XII, da Lei nº 10.520/2002).

E, nesse seguimento, prosseguiu-se a licitação para a fase de habilitação apenas com relação à lavagem convencional (art. 4º, XII da Lei nº 10.520/2002) - por conter proposta de menor valor comparada àquela ofertada para a lavagem ecológica, nos termos acima delineados. Aliás, a continuação do certame quanto ao Lote nº 01 tornou-se sem efeito em face da impossibilidade de homologação de mais de um lote, disposta na parte final do subitem 8.17.

Vê-se, então, que o processo licitatório seguiu o rito usual previsto na Lei nº 10.520/2002 e observou os preceitos do Edital do PP nº 01/2018, pelo que a insurgência da Recorrente não merece guarida.

Com relação à alegação de que a Recorrida desistiu da participação do Pregão quanto ao Lote nº 01, a i. Pregoeira esclarece que não houve manifestação de desistência da empresa *Lava-a-Jato e Estacionamento Parada com Sabão Ltda. - ME* e que, na verdade, *“a licitante simplesmente optou por dar lance, no lote 2, inferior àquele que tinha dado para o lote 1, pois tinha preferência por prestar o serviço de lavagem convencional, que considera mais prático [...]”* (doc. nº 18075-2018-43, p. 803).

Outrossim, não consta das Atas das Sessões do Pregão Presencial nº 01/2018 (doc. nº 18075-2018-22 e 30, p. 686/687 e 738) qualquer referência à alegada desistência por parte da Recorrida, sendo certo que o representante da Recorrente, Sr. *Reginaldo Rocha dos Santos* (CPF nº 006.168.058-87), assinou ambos os documentos e a lista de presença nas duas ocasiões (doc. nº 18075-2018-5 e 29, p. 588 e 736), **apondo ciência de todo o ocorrido ao longo das sessões realizadas em 09/07/2018 e 30/07/2018** (art. 9º da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 43, §1º da Lei nº 8.666/93).

Assim, considerando que as alegações da Recorrente não procedem, sugere-se o seu desprovimento, no aspecto.

**3.2 – Do Atestado de Qualificação Técnica apresentado pela Recorrida:**

Afirma a Recorrente que o Atestado de Qualificação Técnica apresentado pela *Lava-a-Jato e Estacionamento Parada com Sabão Ltda. - ME* “[...] para lavagem, tanto ecológica quanto convencional não era claro quanto à



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Assessoria de Análise Jurídica

*realização dos serviços”, pois “[...] a carta de qualificação apresentada, não detalhou no texto a quantidade e o tipo de lavagem que a empresa licitante realizou, recorrendo apenas que prestou o serviço de lavagem ao número mínimo de carros solicitados no edital” (doc. nº 18075-2018-37, p. 766/769).*

Sem razão a Recorrente.

A habilitação é a fase do procedimento licitatório em que se verifica as condições dos licitantes para contratar com a Administração, notadamente se reúnem condições jurídicas, fiscais, técnicas e econômico-financeiras para executar o objeto do certame.

Com relação à comprovação da qualificação técnica, em regra, exige-se atestado de pessoas jurídicas de direito público ou privado, que revele a experiência anterior do licitante na execução de objetos semelhantes, a fim de demonstrar que a empresa possui as condições técnicas necessárias para adimplir o ajuste de forma satisfatória.

O Edital do PP nº 01/2018 dispõe o seguinte sobre a matéria:

**9. HABILITAÇÃO**

9.1. Para habilitar-se na presente licitação, o interessado deverá apresentar toda a documentação comprobatória da necessária qualificação no que se refere à:

[...]

9.1.4. Qualificação Técnica

[...]

9.7. Para comprovar a QUALIFICAÇÃO TÉCNICA a licitante deverá apresentar:

9.8. Atestado ou declaração de capacidade técnica e aptidão para prestação de serviço compatível com o objeto da licitação, em características (ecológica ou convencional), prazos e quantidade (representada pela execução de, no mínimo, 20 lavagens de veículos por mês), emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual deverá constar: a identificação da pessoa jurídica emitente; e o nome e cargo do signatário.

9.9. Admitir-se-á o somatório de atestados/declarações de capacidade técnica e aptidão.

[...]

(grifamos)

Com efeito, a Recorrida apresentou diversos Atestados de Capacidade Técnica (doc. nº 18075-2018-18, p. 672/677), valendo-se destacar aquele emitido pelo *Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/BH-MG)*, em 11/05/2018, que atestou ser a Empresa “[...] especializada na



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Assessoria de Análise Jurídica

*atividade de lavagem de veículos, e tem, conforme experiência que tivemos ao executar trabalhos dessa natureza lá, aptidão para a prestação de serviços compatíveis com o objeto da licitação, de forma “ecológica” ou convencional, dentro dos prazos e na quantidade de, no mínimo, 20 lavagens de veículos por mês [...]” (grifamos - doc. nº 18075-2018-18, p. 672).*

Vê-se, então, que foi comprovada, nos termos exigidos pelo instrumento convocatório, a experiência anterior da Recorrida para execução da lavagem convencional (Lote nº 02) – objeto da fase de habilitação, conforme acima delineado.

Some-se a isso que área técnica promoveu diligência para certificar a documentação de qualificação técnica da *Lava-a-Jato e Estacionamento Parada com Sabão Ltda. - ME* – faculdade concedida pelo art. 43, §3º da Lei nº 8.666/93, tendo concluído que “[...] *a empresa atende aos requisitos atinentes à qualificação técnica exigidos nos itens 9.7 e 9.8 do respectivo Edital e 11 do Termo de Referência (Anexo II do Edital)*”.

A Unidade ressaltou, ainda, que “[...] *em diligência ao estabelecimento da licitante, constatou-se que ela conta com estrutura para realização dos serviços atinentes ao objeto do certame, possuindo estrutura que permite a entrada de veículos com altura de até 2,5 metros, o que atende ao item 5.2.1 do Termo de Referência*” (doc. nº 18075-2018-26, p. 726/727).

Por oportuno, repisa-se esclarecimentos adicionais exarados pela i. Pregoeira sobre o ponto impugnado (doc. nº 18075-2018-43, p. 805/806):

Cumprе ressaltar que a análise realizada pelo setor técnico se deu unicamente com a finalidade de confirmar a aptidão da empresa para a prestação dos serviços de lavagem convencional, objeto do lote 2, que é o lote ao qual se deu prosseguimento, conforme já exaustivamente esposado nesta peça, sendo irrelevante, portanto, o fato de a empresa não ter comprovado aptidão para a realização de lavagem ecológica.

Ainda, e somente a título de suposição e argumentação, que se tivesse dado sequência ao lote 1, como defende o recorrente, e que a ora recorrida tivesse sido inabilitada neste lote, por não ter comprovado aptidão para a lavagem ecológica nos moldes exigidos no instrumento convocatório, se passaria então à análise da habilitação da mesma licitante para o lote 2 (Lavagem Convencional), uma vez que a mesma empresa arrematou os dois lotes, estando classificada em primeiro lugar. Ou seja, ao final, teríamos o mesmo resultado.

Por último, dizer que a recorrida fez uso do Atestado de Qualificação Técnica para se “chegar ao valor minimamente inferior ao estabelecido no edital, em relação ao serviço convencional” e que a mesma carta “permitiu que a empresa licitante escolhesse o lote que desejava”, conforme alegado pelo recorrente, carece, s.m.j., de todo e qualquer fundamento,



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Assessoria de Análise Jurídica

fático e jurídico, já que o referido documento só é passível de análise na fase de habilitação, posterior à fase de lances na modalidade de licitação escolhida, qual seja, pregão.

(destaques originais)

Diante disso, restando elucidada a questão pela área técnica, a qual certifica que o serviço oferecido pela Recorrida atende à exigência do Edital, recomenda-se o desprovisionamento do apelo, também quanto a este aspecto.

**3.3 - Do prazo concedido para apresentação da Certidão de Regularidade Fiscal perante a Receita Federal:**

Afirma a Recorrente que a Recorrida se beneficiou do lapso temporal decorrente das diligências empreendidas pela área técnica para confirmação da qualificação técnica da *Lava-a-Jato e Estacionamento Parada com Sabão Ltda. - ME* (nos termos acima examinados), para fins de regularização de sua situação fiscal perante a Receita Federal.

Assevera que tal conclusão decorre do fato de que *“a empresa vencedora declarou espontaneamente que não possuía a CND (Certidão Negativa de Dívidas) na primeira sessão realizada no dia 09/07, na sessão do dia 30/07, a empresa pronunciou-se que não havia ainda conseguido encerrar os débitos junto à Receita Federal, o que ultrapassaria se tivesse o certame prosseguido, o prazo para apresentação dos documentos”* (doc. nº 18075-2018-37, p. 766/769).

Sobre o ocorrido, a i. Pregoeira esclareceu que (doc. nº 18075-2018-43, p. 806/807):

É verdade que esta pregoeira equivocou-se e, por ocasião do primeiro encontro, realizado no dia 09/07, antes, portanto, da declaração do Lava-a-Jato e Estacionamento Parada com Sabão Ltda como vencedor do certame, abriu o prazo para entrega do documento, conforme se fez constar em Ata (doc. 18075-2018-22).

Porém, logo em seguida, através de e-mail encaminhado a todos os interessados (doc. 18075-2018-23), a pregoeira se retratou e informou que o prazo, de conformidade com a lei, só poderia ser aberto após a declaração de vencedor.

De fato, com suspensão da sessão para abertura das diligências, a fim de se elucidar a questão da qualificação técnica, a licitante vencedora acabou por “ganhar tempo” para a regularização de sua situação fiscal, uma vez que, não fosse a necessidade de se diligenciar, a declaração de vencedor teria se dado logo no primeiro encontro, em 09/07, e não no dia 30/07, como de fato ocorreu.

Entretanto, ao retratar-se junto aos licitantes e informar que o prazo para regularização da situação fiscal da recorrida só seria aberto quando da



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Assessoria de Análise Jurídica

declaração de vencedor, a pregoeira não o fez no intuito de beneficiar a arrematante, mas tão somente no sentido de cumprir a lei, que é clara ao dispor que, em se tratando de ME/EPP, o marco inicial para a contagem do prazo para regularização fiscal é a declaração de vencedor.

De outro lado, a suspensão da sessão para realização das citadas diligências também não se deu com a intenção de beneficiar a recorrida ou prejudicar o recorrente, mas unicamente pela necessidade de se sanear os autos, dirimindo dúvidas acerca da qualificação técnica da recorrida, isso com total respaldo da lei, que faculta ao pregoeiro, “em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo” (art. 43, § 3º, Lei 8.666/93).

Como se vê, o certame foi conduzido pela pregoeira em total observância aos ditames legais e principiológicos aplicáveis às licitações, tendo sempre tratado de forma isonômica os licitantes.

Pois bem.

Como sabido, a Lei do Pregão prevê a inversão das fases previstas nos procedimentos licitatórios disciplinados pela Lei nº 8.666/93, de modo que a Administração procede à análise das propostas anteriormente às condições de habilitação das proponentes.

E, em regra, a verificação da regularidade fiscal da licitante se procede na própria sessão pública, o que inviabiliza, em um primeiro momento, a concessão de prazo para regularização de eventuais pendências fiscais da licitante mais bem classificada.

Nada obstante, o procedimento licitatório em questão destinou-se exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do disposto no art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006, tendo a *Lava-a-Jato e Estacionamento Parada com Sabão Ltda. - ME* demonstrado fazer jus ao tratamento simplificado e diferenciado conferido por essa Lei a esse seguimento de empresas (doc. nº 18075-2018-9, p. 610).

E certo é que em seu art. 43, Parágrafo Primeiro, a LC nº 123/2006 previu que “havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa” (grifamos - art. 43, §1º da LC nº 123/2006).

Nesse sentido também dispôs o instrumento convocatório, no subitem 9.14, que *“se a documentação de habilitação não estiver completa e correta, ou*



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Assessoria de Análise Jurídica

*contrariar qualquer dispositivo deste edital e seus anexos, o Pregoeiro considerará o licitante inabilitado, exceto as microempresas ou empresas de pequeno porte, na forma prevista na Lei Complementar n.º 123/2006” (grifamos).*

Sob esse prisma, *in casu*, declarada vencedora do certame *Lava-a-Jato e Estacionamento Parada com Sabão Ltda. - ME* em 30/07/2018 (doc. nº 18075-2018-30, p. 738), iniciou-se, nessa ocasião, o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que Empresa regularizasse sua situação perante a Receita Federal, cujo termo se daria em 06/08/2018 (vide art. 110 da Lei nº 8.666/93). E, consoante demonstrado pela Sra. Pregoeira, nos termos autorizados pelo subitem 9.15 do Edital, em 02/08/2018 (portanto, antes de encerrado o prazo legal), apurou-se a regularidade fiscal da Licitante (doc. nº 18075-2018-34, p. 759).

Isto posto, não merece guarida a insurgência da Recorrente.

### **3.4 – Conclusão.**

Diante de todo o explicitado, não há que se cogitar de violação aos princípios da legalidade, da moralidade, da eficiência, da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório, vez que o serviço oferecido pela Recorrida, declarada vencedora do certame (Lote nº 02), atende a todas as especificações exigidas no Edital, consoante se infere da conclusão do parecer da Sra. Pregoeira (doc. nº 18075-2018-43, p. 807).

### **4 – ADJUDICAÇÃO (Lote nº 02) e HOMOLOGAÇÃO DO PP nº 01/2018.**

Superada as razões recursais, a Sra. Pregoeira submete o processo licitatório em tela à consideração superior, propondo a adjudicação do objeto da licitação e a homologação do certame pela digna autoridade competente (doc. nº 18075-2018-43, p. 807/808).

Por necessário à análise da homologação proposta, com a devida vênia, cumpre trazer à tona o parecer jurídico exarado, em 21/06/2018, no âmbito do qual foram destacados os elementos de instrução do feito até então, conforme segue (art. 38, VI e parágrafo único, Lei nº 8.666/93 – doc. nº 2936-2018-69, p. 513/529):

Cuidam os autos de Proposição da Secretaria de Apoio Administrativo (SEAA), visando à abertura de procedimento licitatório destinado à contratação de empresa especializada em limpeza, higienização e lavagem de veículos, com fornecimento de material, equipamento e pessoal necessários à execução dos serviços, sob a seguinte justificativa (doc. nº 2 – p. 03/08):

O Contrato 13SR006, firmado com a empresa Centro Automotivo Bandeirantes Ltda., para prestação de serviços de lavagem, aspiração



## **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**

Assessoria de Análise Jurídica

e polimento de veículos automotores pertencentes à frota do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, chegará ao final de sua vigência em 15/04/2018. Em razão disso, considerando a indispensabilidade da limpeza e higienização dos veículos para a execução de traslados oficiais em condições de salubridade, a Secretaria de Apoio Administrativo propõe a abertura de procedimento licitatório, na modalidade pregão, forma presencial, tipo menor preço, em conformidade ao Termo de Referência e demais documentos que o instruem. [grifamos]

A referida Secretaria informou que a opção pela forma Presencial do Pregão em detrimento da Eletrônica se justifica porque “o último pregão eletrônico realizado pelo TRT-3ª Região para a contratação desse mesmo objeto (PE 40/2012) foi deserto” e acredita que “a ausência de participantes se deu pela especificidade do objeto, o qual, em regra, não exige das empresas que o executam qualquer acesso à internet para ou em razão da prestação de suas atividades” (p. 03).

Asseverou que, “durante os trabalhos de pesquisa de preços, percebeu-se certo desinteresse da maioria das empresas desse ramo em participar de certame eletrônico, sob o argumento de que não possuiriam conhecimento suficiente para a prática de atos via internet”. E argumentou que “a escolha pela forma presencial não prejudica a competitividade, vez que, conforme item 14 do Termo de Referência, por razões de economicidade e eficiência, a empresa contratada deverá localizar-se a uma distância de, no máximo, 05 (cinco) quilômetros da Sede Administrativa do Tribunal, o que proporciona a todos os interessados a mesma facilidade para comparecimento à sessão de lances” (p. 03/04).

A SEAA destacou, ainda, algumas peculiaridades da contratação pretendida (p. 04/08):

### **PREFERÊNCIA PARA LAVAGEM ECOLÓGICA**

A adoção de critérios de sustentabilidade nos procedimentos de contratação pública é obrigação decorrente do art. 3º da Lei 8.666/93, imposta a todos os Poderes Públicos. No âmbito trabalhista, a matéria ensejou a publicação da Resolução n.º 103, de 25/05/2012, do Colendo CSJT, que aprovou o “Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho”.

Não obstante, considerando que o mercado de lavagem ecológica ainda é bastante restrito, na tentativa de evitar a deserção do certame, a SEAA propõe que a licitação seja dividida em dois lotes, sendo um para a contratação de lavagem ecológica (lote 1) e outro para a contratação de lavagem convencional (lote 2).

E ainda, com o objetivo de fomentar novos mercados para a lavagem sustentável e considerando ser a ecológica um processo que causa menor impacto sobre os recursos naturais, a Contratante adquirirá, primeiramente, os quantitativos do lote 1, desde que o preço unitário registrado para o respectivo serviço seja até 10% (dez por cento) maior que o de seu correspondente do lote 2.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Assessoria de Análise Jurídica

**PARÂMETROS UTILIZADOS PARA ESTIMAR O QUANTITATIVO DA CONTRATAÇÃO**

Para a lavagem simples, o quantitativo anual foi estimado considerando os serviços prestados entre julho de 2015 e novembro de 2017, período que compõe a série histórica constante do Anexo II. Ressalte-se que os 6 (seis) primeiros meses de 2015 foram descartados, vez que a frota, neste íterim, era quantitativamente diferente da atual. Ademais, em 2016, diante da suspensão da contratação dos serviços terceirizados de condução de veículos oficiais entre os dias 07/05 a 02/11, houve uma redução significativa das lavagens de veículos, motivo pelo qual foram desconsiderados os meses de junho a outubro para fins de cálculos estimativos.

Para a lavagem completa, lavagem com higienização de motor e chassi e higienização de bancos e carpetes, por serem serviços eventuais e, desta forma, não formarem uma série histórica fidedigna, estabeleceu-se 1 (uma) prestação anual, por grupo, para cada um desses serviços, o que esta Unidade considera suficiente para atendimento de eventual demanda.

**PESQUISA DE MERCADO E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO**

Para estabelecer o valor estimado da contratação, esta Secretaria realizou pesquisa de preços (Anexo III) utilizando os seguintes parâmetros: painel de preços, contratação de outros entes públicos (Câmara Municipal de Contagem) e pesquisa com fornecedores (Centro Automotivo Bandeirantes, Delivery Castelo, Parada com Sabão e Lava Jato Santa Efigência e Shekinah).

A metodologia adotada para calcular a confiabilidade da pesquisa de preços foi obtida junto à Secretaria de Material e Logística, que a elaborou a partir dos ensinamentos do curso "Formação de Preços em Licitações e Contratos", realizado entre os dias 15 e 16 de setembro de 2014, em Belo Horizonte, organizado pela empresa de treinamentos Negócios Públicos Treinamentos Ltda. e ministrado pelo professor Paulo Rui Barbosa, que apresentou aos seus contratantes uma fórmula que determina a margem de erro da pesquisa do preço médio estimado, aplicando um índice de 5% como referencial para descartar os preços com maior desvio em relação à média apurada (Anexo IV). Desta forma, estimou-se o valor anual da contratação em R\$ 36.683,13 (trinta e seis mil, seiscentos e oitenta e três reais e treze centavos) para o Lote 1 e R\$40.565,10 (quarenta mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e dez centavos) para o Lote 2.

**JOGO DE PLANILHAS**

A fim de se obter o menor preço e evitar eventual "jogo de planilhas", foram estipulados, para cada item, valor máximo do serviço, conforme pesquisa de mercado realizada.

Assim sendo, o julgamento e a classificação das propostas serão pelo critério do menor preço ofertado em valor total por lote, desde que o valor unitário de cada item esteja dentro do limite estimado.

**PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Assessoria de Análise Jurídica

Em razão do valor total estimado para a contratação, propõe-se que o certame seja destinado à participação exclusiva de microempresas e de empresas de pequeno porte, em conformidade com a Lei Complementar 123/2006 e Decreto 6.204/2007.

**LOCALIZAÇÃO DA CONTRATADA**

A limitação estabelecida no item 14.1 do Termo de Referência, de que a contratada esteja localizada a uma distância de até 5 Km da Sede do Tribunal, justifica-se por razões de economicidade, já que a localização do estabelecimento comercial repercute no custo final da contratação, considerando-se os gastos com combustível e o tempo de mão de obra dispendido durante os deslocamentos.

**PESQUISA QUANTITATIVA DE EMPRESAS DO RAMO**

A fim de se verificar a competitividade do certame, a SEAA realizou consulta ao sítio eletrônico [www.google.com.br/maps](http://www.google.com.br/maps) e constatou (Anexo V), a uma distância de 5 Km da Sede Administrativa do Tribunal, a existência de 17 empresas especializadas em lavagem de veículos, sendo que 2 desses estabelecimentos (Parada com Sabão e Lava Jato Santa Efigênia) realizam lavagem ecológica (a seco, a vapor ou com reutilização de água), conforme diligência anexada aos autos deste e-PAD (Anexo VI). Verificou-se, também, a existência de 2 outras empresas (Lava Jato Shekinah e Spa Car Wash) que, a despeito de não constarem na pesquisa do Google Maps, realizam lavagem ecológica de veículos, conforme informações prestadas por seus representantes. Cabe ressaltar que a pesquisa realizada no Google Maps é apenas um referencial.  
[grifamos]

A Proposição foi instruída com os seguintes documentos: Termo de Referência e Anexo: Planilha de Formação de Preço (doc. nº 3 – p. 10/21); Série Histórica (doc. nº 4 – p. 23); Pesquisa de Preços (doc. nº 5 a 11 – p. 25/59); Formação de Preços Referenciais (doc. nº 12 – p. 61/64); Pesquisa Quantitativa de Empresas do Ramo (doc. nº 13 – p. 66); Diligências perante Empresas do Ramo (doc. nº 14 – p. 68/71); e Relação da Frota (doc. nº 15 – p. 73).

Com isso, os autos foram encaminhados à Seção de Apoio Jurídico da Secretaria de Licitações e Contratos (SELC), que teceu os seguintes apontamentos quanto ao Termo de Referência (doc. nº 17 – p. 78):

1.1 ITEM 3 – Procedimento Licitatório – subitem 3.5 – o TR informa que o Contratante adquirirá, primeiramente, os quantitativos do lote 1 (lavagem ecológica), desde que o preço unitário registrado para o respectivo serviço seja até 10% (dez por cento) maior que o de seu correspondente do lote 2 (lavagem convencional). Sugere-se deixar claro se os dois lotes serão homologados, ou apenas um deles, a depender do preço final. Neste último caso, seria necessário informar expressamente no TR que o lote 1 (lavagem ecológica) não será homologado se o preço final não respeitar o preço estimado da licitação e estiver 10% acima do valor adjudicado para o lote 2



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Assessoria de Análise Jurídica

(lavagem convencional), que dos lotes somente um será homologado, que o lote 1 (ecológica) terá prevalência de homologação somente se o preço arrematado for até 10% do lote 2 (convencional), caso contrário será apenas homologado o lote 2 (convencional).

1.2 ITEM 5 – Especificações dos Serviços – Sugere-se esclarecer se a contratação será sob demanda, ou seja, se será pago somente o serviço efetivamente realizado ou será contratado exatamente o número de lavagens indicada no item 7 do TR.

1.3 ITEM 5 – Especificações dos Serviços – subitens 5.3 e 5.6 – o TR informa que os serviços deverão ser prestados mediante autorização expressa da contratante por meio de entrega do documento “Autorização para Prestação de Serviço” para a contratada, bem como os prazos máximos para a execução dos serviços contados do recebimento do veículo pela contratada. Contudo não informa o prazo fixado para a contratada realizar o serviço a partir da solicitação da contratada, (por ex. a contratante poderá enviar os veículos sem comunicação prévia ou deverá agendar horários para realização dos serviços?). Sugere-se informar o prazo permitido para que a contratada inicie o serviço a partir da solicitação da contratante.

1.4 ITEM 5 – Especificações dos Serviços – subitens 5.6.1 e 5.10 – observa-se que o motorista condutor deverá retornar às dependências da contratada para conclusão do serviço que não forem terminados no mesmo dia, já que os veículos oficiais não podem pernoitar nas dependências da contratada. Sugere-se esclarecer a forma de pagamento para o caso dos serviços não concluído ou dos concluídos posteriormente, se serão pagos apenas quando o serviço for efetivamente concluído.

1.5 ITEM 7 – Valor Estimado – É inviável que a SAJ avalie todas as pesquisas de preços dos processos que nos são submetidos. Isso ocasionaria um congestionamento processual crescente e intratável com os meios disponíveis. Por isso foi realizada uma breve apreciação por amostragem, tendo disso escolhidos três itens para análise. Nesta amostra observamos que:

- no lote 1, item 1 – Lavagem Ecológica Simples – Grupo 1 – o preço constante no orçamento da empresa lava jato Santa Efigênia (doc. 2936-2018-10) relativo a esse item ao ser transcritos para o Anexo IV – Formação de Preços Referenciais (doc. 2936-2018- 12) fez referência ao preço equivale a lavagem convencional, ou seja onde deveria constar o preço do orçamento da lavagem ecológica contou o da convencional; - no lote 2, item 13 – Lavagem Convencional Simples – Grupo 1 – foi utilizado como parâmetro (doc. 2936-2018-6) para apuração do valor estimado uma ata de pregão presencial sem constar a comprovação da homologação do certame respectivo. Desta forma, não se pode saber se trata-se de preço efetivamente contratado. - no lote 2, item 15 – Lavagem Convencional com Higienização de Motor e Chassi – Grupo 1 – não foi localizada nos autos a pesquisa realizada



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Assessoria de Análise Jurídica

relativa a um dos quatro preços (R\$ 170,00) utilizados para apuração do valor estimado (Anexo IV – doc. 2936-2018-12);

Considerando que a análise da SAJ foi superficial e limitada à amostragem supracitada, sugere-se ao elaborador da pesquisa de preços que se certifique de que: a) os serviços constantes da pesquisa de preços atendam às especificações do TR; b) a pesquisa de preços seja feita respeitando-se os parâmetros da IN SLTI/MPOG nº 5/2014; c) os valores utilizados como parâmetro para formação dos preços referencias de todos os itens correspondem exatamente aos valores apurados nas pesquisas de preços juntadas aos autos; d) inexistam erros de arredondamento decorrentes do cálculo de preços unitários com mais de duas casas decimais. Esta sugestão não tem caráter jurídico, porém visa evitar a ocorrência de percalços durante a fase externa da licitação. Esse ponto não será objeto de nova apreciação quando do retorno dos autos, haja vista não estar contemplado no escopo definido pelo item 1.1 do Manual Básico de Contratações do TRT3.

1.6 ITEM 17 – Sanções – o TR fixa em horas o prazo para execução dos serviços (item 5.6). Sugere-se avaliar se os prazos fixados em dias para aplicação das multas das alíneas a e b são adequados e efetivos para sancionar prazos de execução originalmente fixados em horas.

Diante disso, cuidou a SEAA de retificar o Termo de Referência nos pontos abaixo destacados (doc. nº 19 – p. 89/99):

**3. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**

[...]

3.4 Com o objetivo de fomentar novos mercados para a lavagem sustentável de veículos, e buscando equilibrar os princípios da economicidade e da sustentabilidade, que devem nortear as aquisições públicas, terá prevalência na homologação o lote 1, caso o preço arrematado não supere em mais de 10% o valor da menor proposta apresentada para o lote 2 (lavagem convencional).

[...]

**5. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS**

[...]

5.3. Os serviços deverão ser prestados mediante autorização expressa do Contratante, que apresentará, no momento da entrega do veículo para lavagem, por meio de seu motorista condutor, documento denominado “Autorização para Prestação de Serviço”.

5.6. Os prazos máximos para a execução dos serviços serão aqueles indicados no quadro abaixo, contados do recebimento do veículo pela Contratada:

[...]

5.6.1. Os prazos dispostos no item 5.6 poderão ser prorrogados mediante justificativa formal da Contratada, encaminhada antes do vencimento do prazo inicial à Contratante, a qual deverá manifestar-se favorável ou contrária à prorrogação.

[...]



## **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**

Assessoria de Análise Jurídica

5.10. Os veículos oficiais não poderão pernoitar nas dependências da Contratada, devendo o motorista condutor retornar com ele para a Sede Administrativa do Tribunal no mesmo dia em que se der o encaminhamento para as dependências da contratada, em qualquer hipótese.

5.11. A contratação dos serviços previstos neste Termo far-se-á sob demanda, ou seja, será pago somente os serviços efetivamente realizados. Esclarece-se que os quantitativos constantes do item 7 baseiam-se em série histórica de execução e foram utilizados apenas como referência para a realização da pesquisa de preços e para estimar o valor da contratação.

[...]

### **7. VALOR ESTIMADO**

7.1. O valor estimado, nos termos da tabela abaixo, foi obtido com base em pesquisa de mercado utilizando os seguintes parâmetros: painel de preços, contratações similares de outros entes públicos e pesquisa com fornecedores:

7.1.1. Lote 1 - Lavagem Ecológica

[...]

Valor total estimado para o lote 1: R\$ 34.806,67 (trinta e quatro mil, oitocentos e seis reais e sessenta e sete centavos).

7.1.2. Lote 2 - Lavagem Convencional

[...]

Valor total estimado para o lote 2: R\$ 41.973,47 (quarenta e um mil, novecentos e setenta e três reais e quarenta e sete centavos).

[...]

### **17. SANÇÕES**

17.1. Garantida ampla e prévia defesa, nos termos do art. 87 da Lei 8.666/93, à Contratada poderão ser aplicadas, cumulativamente, as penalidades permitidas em lei e as constantes deste instrumento, que são:

a) advertência;

b) multa moratória de 10% (dez por cento) por hora de atraso, calculada sobre o valor do serviço em atraso, no cumprimento dos prazos previstos no subitem 5.6 deste instrumento para os compromissos assumidos;

c) multa por inexecução contratual parcial de até 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor total do contrato, conforme a gravidade da infração, cabível nas demais hipóteses de inexecução contratual;

d) multa por inexecução contratual total de até 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total do contrato, cabível na rescisão contratual por culpa da Contratada.

17.2. As penalidades pecuniárias descritas neste Termo de Referência poderão ser descontadas dos pagamentos devidos pela Contratante, conforme permissibilidade contida na Lei 8.666/93.

17.3. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados contemporaneamente à ocorrência do fato impeditivo do cumprimento da obrigação e indevidamente fundamentados, ficando a critério da Contratante a aceitação das justificativas apresentadas.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Assessoria de Análise Jurídica

Com o Termo de Referência retificado, vieram: nova Planilha de Formação de Preço (p. 100); cotação de preços fornecida pela empresa “Parada do Sabão” (doc. nº 20 – p. 102/103); e Formação de Preços Referenciais retificada (doc. nº 21 – p. 105/108).

Adiante, a SELC carrou ao feito Lista de Verificação de Termo de Referência elaborada pela Seção de Apoio Jurídico (doc. nº 22 – p. 110/111); Relatório da Consulta Parametrizada de Fornecedores – Micro Empresa, fornecido pelo Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF (doc. nº 23 – p. 113); Portarias de designação dos Pregoeiros e do Órgão Jurídico (doc. nº 24 – p. 115/118); prévia da minuta do Edital (doc. nº 25 – p. 120/154); correspondência eletrônica, por meio da qual a Seção de Contratos solicita à SEAA informações para elaboração da minuta contratual (doc. nº 26 – p. 156/158) e respectiva resposta (doc. nº 26 – p. 160); minuta de Edital para aprovação (doc. nº 28 – p. 166/212).

Para fins legais, a Secretaria de Planejamento e Execução Orçamentária e Contabilidade (SEPEOC) informou que há adequação orçamentária para o exercício de 2018 e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos do artigo 16, inciso II da Lei Complementar nº 101/2000 e artigo 38, caput da Lei nº 8.666/93, para execução da despesa no valor estimado de R\$29.731,20 (vinte e nove mil, setecentos e trinta e um reais e vinte centavos), para o período de 16/04/2018 a 31/12/2018. Para o período de 01/01/19 a 15/04/2019, certificou que há previsão de disponibilidade orçamentária no valor estimado de R\$12.242,26 (doze mil, duzentos e quarenta e dois reais e vinte e seis centavos). Por fim, informou que o valor total anual da despesa é de R\$41.973,47 (quarenta e um mil, novecentos e setenta e três reais e quarenta e sete centavos) e que a licitação será dividida em 02 lotes, sendo o lote 01 para lavagem ecológica e o lote 02 para lavagem convencional (Informação SEPEOC/SEO/067/2018 – doc. nº 32 – p. 220/221).

Por meio do Despacho ASOD/45/2018/DIOR, a Assessoria de Ordenação de Despesas ratificou as informações prestadas pela SEPEOC (doc. nº 33 – p. 223/224).

Submetida a matéria à consideração da Diretoria de Administração (DADM), esta exarou o Despacho nº 114/2018, mostrando-se favorável à abertura do certame, nestes termos (doc. nº 35 – p. 226/234):

De início, cumpre-nos salientar que este Regional mantém com a sociedade Centro Automotivo Bandeirantes Ltda. o contrato n. 13SR006, que tem por objeto a “prestação de serviços de lavagem, aspiração e polimento de veículos automotores pertencentes à frota do CONTRATANTE, com fornecimento de material, equipamento e pessoal necessário à realização dos serviços, em conformidade com o Edital de Licitação referente ao Convite 01/2012”.

Tal contrato foi firmado em 16/04/2013, por um período inicial de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura, com previsão de possibilidade de prorrogação, por períodos iguais e sucessivos, até



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Assessoria de Análise Jurídica

o limite de 60 (sessenta) meses, na forma do artigo 57, II, da Lei n. 8.666/93 (cláusula oitava).

Nesse sentido, o contrato foi objeto de 04 (quatro) prorrogações (14TA040, 15TA059, 16TA036 E 17TA031), de modo que, no próximo dia 16/04/2018, sua vigência se encerrará.

Diante da iminência do fim da vigência do ajuste, propõe a SEAA, então, no presente expediente, a abertura de nova licitação, visando à contratação dos serviços mencionados.

Em consulta ao Termo de Referência apresentado (versão atualizada – doc. n. 19), observa-se que a unidade demandante justifica a contratação solicitada, aduzindo que ela decorre “da necessidade de se manter os serviços de limpeza e materiais, equipamentos, mobiliário, documentos e traslados de magistrados, servidores e terceirizados, sendo a limpeza e higienização dos veículos indispensáveis para que os serviços sejam executados em condições de salubridade” e, além disso, “favorece a conservação e preservação do patrimônio público” (item 4.1 – TR).

Verifica-se, ainda, que a proposição da SEAA é de que a licitação seja realizada sob a modalidade Pregão, na forma presencial (item 3.2 – TR).

Com efeito, diante da natureza do objeto da contratação, revela-se adequada, s.m.j., a adoção da modalidade Pregão, na forma prevista no artigo 1º, caput, da Lei n. 10.520/2002, uma vez que os serviços de limpeza e higienização de veículos podem ser enquadrados como serviços comuns, considerando-se como tais “aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado” (parágrafo único do artigo 1º da Lei n. 10.520/02).

Ademais, as informações prestadas pela SEAA acerca do desinteresse dos potenciais licitantes em participarem de Pregão na forma eletrônica, em razão da falta de habilidade em lidar com a tecnologia envolvida nesse tipo de certame, aponta ser mais conveniente a este Regional que a licitação se realize sob a forma presencial, sobretudo diante do histórico de ocorrência de deserção, noticiado pela unidade demandante (item 3.7 – TR).

A esse respeito, deve-se levar em consideração, ainda, o fato de que, segundo a SEAA, a adoção da forma presencial não representará, no caso, burla à competitividade, uma vez que, “por razões de economicidade e eficiência, a empresa contratada deverá localizar-se a uma distância de, no máximo, 05 (cinco) quilômetros da Sede Administrativa do Tribunal, o que proporciona a todos os interessados a mesma facilidade para comparecimento à sessão de lances” (item 3.7 – TR).

Propõe a SEAA, ainda, que a licitação seja realizada em 2 (dois) lotes, sendo um para a contratação de serviços de lavagem ecológica (Lote n. 1) e o outro para a contratação de serviços de lavagem convencional (Lote n. 1), esclarecendo que “[c]om o objetivo de fomentar novos mercados para a lavagem sustentável de veículos, e buscando equilibrar os princípios da economicidade e da sustentabilidade, que devem nortear as aquisições públicas, terá prevalência na homologação o lote 1, caso o preço arrematado não supere em mais



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Assessoria de Análise Jurídica

de 10% o valor da menor proposta apresentada par ao lote 2 (lavagem convencional)” - item 3.4 do TR.

[...]

É relevante mencionar que, no presente caso, a natureza do objeto da contratação justifica, ao nosso ver, a exigência indicada no item 14.1 do TR, qual seja, de que a contratada esteja localizada “a uma distância de, no máximo, 05 (cinco) quilômetros da Sede Administrativa do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região [...]”, por razões de economia e eficiência na prestação dos serviços.

Destaque-se, por fim, que a proposição da SEAA é de que o contrato tenha vigência de 12 (doze) meses (item 15.1 – TR), sem previsão de prorrogação, o que está em consonância com entendimento recentemente firmado pela Assessoria de Análise Jurídica da Diretoria-Geral deste Regional, no sentido de não serem os serviços aqui mencionados de natureza continuada, de modo a autorizar a incidência do disposto no inciso II do artigo 57 da Lei n. 8.666/93. [...]

[grifamos]

Vindo os autos para análise, esta Assessoria exarou despacho solicitando a complementação da instrução processual (instrução do feito em consonância com a Instrução Normativa nº 05/2017, mormente no que se refere aos Procedimentos Iniciais para Elaboração do Planejamento da Contratação, envolvendo Estudos Preliminares e Gerenciamento de Riscos e à adoção de Instrumento de Medição de Resultado - IMR), inclusive com alterações no Instrumento Convocatório (subitem 3.4 do Anexo II do Edital – Termo de Referência) (doc. nº 2936-2018-38, p. 236/243).

Nessa conformidade, a SEAA encaminhou à SELC, para análise, os novos documentos, a saber (CI/SEAA/205/2018 - doc. nº 2936-2018-39, p. 245):

- Documento de Formalização de Demanda (DFD), de onde se extrai o seguinte (doc. nº 2936-2018-40, p. 247/248):

**JUSTIFICATIVA DA DEMANDA**

A limpeza, higienização e lavagem dos veículos oficiais que integram a frota do Tribunal são indispensáveis para que os serviços de transporte de magistrados, servidores, terceirizados, mobiliário, equipamentos e malotes de processos e documentos sejam executados em condições de salubridade e segurança. Além disso, a execução desses serviços favorece a conservação e a preservação do patrimônio público.

- Estudo Preliminar simplificado (doc. nº 2936-2018-41, p. 250/257):

Quais as soluções disponíveis no mercado (produtos, fornecedores, fabricantes, etc.) que atendem aos requisitos especificados?

O serviço de lavagem de veículos é ofertado no mercado pelas empresas comumente denominadas lavajato, em duas modalidades: a lavagem convencional, entendida como o serviço que utiliza sabão/detergente e água, tendo esta última como principal insumo do processo e em grande quantidade, e a lavagem ecológica, entendida como aquela que atenda aos critérios de sustentabilidade, utilizando a técnica de lavagem a seco, a vapor ou com reutilização de água, desde que, em todos os casos, não libere resíduos sólidos e/ou tóxicos à rede de esgoto e/ou galerias de



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Assessoria de Análise Jurídica

águas pluviais e não consuma mais de cinco litros de água por veículo lavado.

[...]

Qual o método utilizado para estimar as quantidades a serem contratadas? Como este método está documentado?

Foi utilizada a série histórica, referente à média anual dos cinco anos de vigência do contrato anterior. Planilha de gestão da frota (Anexo I).

[...]

É adequada a pesquisa de preços praticados pelo mercado?

Sim. Tendo em vista a peculiaridade do objeto, faz-se necessária a sua especificação nos parâmetros fixados pelo Contratante e a correspondente pesquisa de preços no mercado.

[...]

Foram encontrados preços de objetos similares em contratações públicas não suportadas pelo Comprasnet (ex. Bancos de Preços ou sites de outros órgãos) em contratações cuja vigência tenha se expirado há menos de 180 dias?

Sim. Contratação similar da Câmara Municipal de Contagem/MG.

[...]

**DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE**

Declaro que a contratação é viável porquanto trata-se de única solução vislumbrada no mercado por esta Unidade para atendimento da demanda de lavagem, limpeza e higienização de veículos. Além disso, essa mesma solução vem sendo utilizada pelo Tribunal sem qualquer intercorrência que aponte para uma possível inviabilidade.

- Série Histórica - Anexo I (doc. nº 2936-2018-42, p. 259);

- Orçamento de fornecedores (doc. nº 2936-2018-43 a 47, p. 261/279);

- Estudo Técnico Preliminar para Contratações - Escolha da Solução a ser Estudada (doc. nº 2936-2018-48, p. 281);

- Termo de Referência (doc. nº 2936-2018-49, p. 283/293);

**3. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO [...]**

3.4 Com o objetivo de fomentar novos mercados para a lavagem sustentável de veículos, e buscando equilibrar os princípios da economicidade e da sustentabilidade, que devem nortear as aquisições públicas, terá prevalência na homologação o lote 1, caso o preço arrematado seja igual ou inferior a menor proposta apresentada para o lote 2 (lavagem convencional). [...]

**7. VALOR ESTIMADO**

7.1. O valor estimado, nos termos da tabela abaixo, foi obtido com base em pesquisa de mercado utilizando os seguintes parâmetros: painel de preços, contratações similares de outros entes públicos e pesquisa com fornecedores:

7.1.1. Lote 1 - Lavagem Ecológica [...] Valor total estimado para o lote 1: R\$ 34.806,67 (trinta e quatro mil, oitocentos e seis reais e sessenta e sete centavos).

7.1.2. Lote 2 - Lavagem Convencional [...]

Valor total estimado para o lote 2: R\$ 41.973,47 (quarenta e um mil, novecentos e setenta e três reais e quarenta e sete centavos).

- Planilha de Formação de Preços (doc. nº 2936-2018-49, p. 294), Plano de Risco - nível do risco: médio (doc. nº 2936-2018-50, p. 296/310); Instrumento de Medição de Resultado - IMR (doc. nº 2936-2018-51, p.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Assessoria de Análise Jurídica

312); prévia da minuta de Edital (doc. nº 2936-2018-52, p. 314/349); e minuta de Edital submetida à apreciação desta Assessoria (doc. nº 2936-2018-54, p. 353/398).

Em nova análise, este Órgão Jurídico entendeu prudente a realização de nova diligência, como se verifica do documento protocolizado nos autos sob o nº 2936-2018-56, p. 402/403.

Desta feita, a SAJ/SELC coligiu ao feito Nova Minuta de Edital, com as correções solicitadas (doc. nº 2936-2018-59, p. 443/488).

Por fim, e tendo em vista que a pesquisa de mercado inicial ultrapassou o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a SEAA trouxe aos autos manifestação formal das empresas que participaram da cotação de preços, confirmando os valores orçados inicialmente (doc. nº 2936-2018-62/66, p. 494/507).

Examina-se.

Como visto, a SEAA propõe a realização de Pregão Presencial objetivando a “contratação de empresa especializada em limpeza, higienização e lavagem de veículos, com fornecimento do material, equipamento e pessoal necessários à execução dos serviços” (doc. nº 2936-2018-54, p. 353), pelos valores totais estimados de R\$34.806,67 (trinta e quatro mil, oitocentos e seis reais e sessenta e sete centavos) para o Lote 01 (lavagem ecológica) e de R\$41.973,47 (quarenta e um mil, novecentos e setenta e três reais e quarenta e sete centavos) para o Lote 02 (lavagem convencional) (doc. nº 2936-2018-59, p. 443/488).

Conforme previsto no subitem 1.2 do Edital, o regime de execução será “Empreitada por preço unitário, contratação sob demanda (serão pagos apenas os serviços efetivamente solicitados e executados, sendo a indicação quantitativa do contrato mera estimativa)” (doc. nº 2936-2018-59, p. 445).

Impende destacar que a esta Assessoria de Análise Jurídica cabe analisar estritamente os aspectos jurídicos afetos à pretendida contratação, não lhe competindo promover o exame da conveniência da deflagração do certame, tampouco adentrar nos aspectos de natureza técnica trazidos aos autos.

Quanto à formalização do processo de licitação, verifica-se que este foi devidamente autuado, protocolado, numerado e instruído, consoante disposto no art. 38, caput da Lei nº 8.666/93.

Os autos foram instruídos com a designação do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, bem assim de Assessor jurídico, em consonância com o art. 38, III da Lei nº 8.666/93.

A análise do feito permite concluir, então, que as exigências legais foram atendidas, porquanto cuidou a Unidade proponente de instruir o feito com Termo de Referência, pesquisa de preços e demais documentos exigidos pela Instrução Normativa nº 05/2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, assinalando os motivos pelos quais entende necessária a deflagração do certame licitatório.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Assessoria de Análise Jurídica

Reputa-se, assim, que a proposição em epígrafe está apta a subsidiar a autorização para a abertura do certame pela d. autoridade superior (artigo 3º, I da Lei nº 10.520/02).

No que tange à minuta do Edital (e anexos), verifica-se que, em observância à legislação de regência, a Administração enquadrou corretamente a pretensa aquisição na modalidade licitatória adequada (Pregão), porquanto se trata de serviços comuns (artigo 1º, Lei nº 10.520/2002). E justificou adequadamente o uso da sua forma Presencial (subitem 3.7 do Termo de Referência – doc. nº 2936-2018-54, p. 373), tendo em vista que o Decreto nº 5.450/2005 determina a utilização preferencial desta modalidade licitatória na sua forma eletrônica (art. 4º). Ademais, observa-se que o contrato a ser firmado terá validade de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura (subitem 3.6 do Termo de Referência – doc. nº 2936-2018-59, p. 463), o que guarda consonância com o entendimento dessa Assessoria, como bem frisado no Despacho nº 114/2018 da DADM (retromencionado).

Verifica-se, outrossim, que a licitação se destina exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do disposto no art. 48, I da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto nº 8.538/2015.

Doutro tanto, corrobora-se o entendimento da DADM, no sentido de que a natureza do objeto da contratação justifica a exigência prevista no subitem 14.1 do Termo de Referência (“14.1. A empresa contratada deverá localizar-se a uma distância de, no máximo, 05 [cinco] quilômetros da Sede Administrativa do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, situada na Avenida do Contorno, nº 4.631, Bairro Funcionários, Belo Horizonte, Minas Gerais” - doc. nº 2936-2018-59, p. 470), por razões de economia e eficiência na prestação dos serviços.

Quanto às especificações dos objetos desta licitação, cabe salientar que se trata de providência da competência exclusiva da área técnica, incumbindo a esta Assessoria consignar, tão somente, que não é possível incluir bens ou serviços com características e especificações exclusivas, salvo nos casos que for tecnicamente justificável (artigo 7º, § 5º, Lei 8.666/93).

Destarte, deverá a Administração verificar se, nas particularizações dos serviços a serem contratados, não há exigências desnecessárias, irrelevantes ou desprovidas de critérios objetivos, que resultem em restrição à competitividade ou que direcionem a contratação de determinada empresa, o que ofenderia o disposto no artigo 3º, II da Lei 10.520/2002.

Importa consignar, por oportuno, que esta Assessoria observou que os orçamentos coligidos aos autos datam de final de dezembro de 2017 e início de janeiro de 2018 (doc. nº 2936-2018-43 a 47, p. 261/279), ou seja, muito próximo ao prazo de 180 (cento e oitenta) dias estabelecido pela IN/SLTI nº 05/2014 (art. 2º).

Contudo, após diligência deste Órgão Jurídico, a unidade técnica trouxe aos autos manifestação formal das empresas que participaram da cotação de preços, confirmando os valores orçados inicialmente (doc. nº 2936-2018-62/66, p. 494/507).



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Assessoria de Análise Jurídica

Pelo exposto, restrita a presente análise aos aspectos jurídicoformais, manifesto-me pela aprovação da minuta de Edital (e anexos - doc. nº 2936-2018-59, p. 443/488).

Por fim, registre-se que esta Assessoria elaborou Lista de Verificação para emissão do parecer jurídico (modelo estabelecido pela Advocacia-Geral da União), nos termos da recomendação exarada pelo TCU no Acórdão nº 2.352/2016 (Itens 9.1.10 e 9.1.11) à atuação deste Órgão jurídico.

(destaques originais)

Seguiu-se decisão de V. Sa. que, acatando o parecer desta Assessoria, autorizou (doc. nº 2936-2018-70, p. 531):

[...] a **abertura de licitação**, na modalidade **Pregão**, na forma **Presencial**, do tipo **Menor Preço**, visando à contratação de empresa especializada em limpeza, higienização e lavagem de veículos, com fornecimento do material, equipamento e pessoal necessários à execução dos serviços, pelos valores totais estimados de R\$34.806,67 (trinta e quatro mil, oitocentos e seis reais e sessenta e sete centavos) para o Lote 01 (lavagem ecológica) e de R\$41.973,47 (quarenta e um mil, novecentos e setenta e três reais e quarenta e sete centavos) para o Lote 02 (lavagem convencional), nos termos das Leis nºs 10.520/02 e 8.666/93.

(destaques originais)

O feito foi instruído, ainda, em suma, com os seguintes documentos:

i) “*Lista de Verificação de Autuação Edital*”, formalizada pela Secretaria de Licitações e Contratos (SELC) (doc. nº 18075-2018-1, p. 533);

ii) minuta do Edital (e anexos), versão final, aprovada por este Órgão Jurídico (art. 38, par. único, Lei nº 8.666/93 – doc. nº 18075-2018-2, p. 535/580);

iii) publicidade da Licitação no Diário Oficial da União (em 26/06/2018), e no sítio eletrônico deste Regional (art. 4º, I, da Lei nº 10.520/2002 – doc. nº 18075-2018-3, p. 582/583);

iv) correspondência eletrônica da SELC endereçada à Secretaria de Apoio Administrativo, em 26/06/2018, informando que o PP nº 01/2018 teve sua sessão de abertura designada para 09/07/2018, às 13h00 (doc. nº 18075-2018-4, p. 585/586);

v) Lista de Licitantes presentes à Sessão do dia 09/07/2018 (doc. nº 18075-2018-5, p. 588);

vi) Lista de credenciados (doc. nº 18075-2018-6, p. 590);



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Assessoria de Análise Jurídica

vii) Documentação afeta à *Lava Jato Sheknah (Marco Túlio Vinício Santos Reis)*, não credenciado no certame por não apresentar ato constitutivo da Empresa (art. 4º, VII da Lei nº 10.520/2002; Itens 3.2 c/c 9.1 c/c 9.5.2 do Edital - doc. nº 18075-2018-7, p. 592/595);

viii) Documentação afeta à *Lava-a-Jato e Estacionamento Ltda - ME* (doc. nº 18075-2018-8 a 11 e 15, p. 597/620 e 648);

ix) Documentação afeta ao *Centro Automotivo Bandeirantes* (doc. nº 18075-2018-12 a 14 e 16, p. 622/646 e 650);

x) Relatório dos lances referentes à sessão do dia 09/07/2018 (doc. nº 18075-2018-17, p. 652/653);

xi) Documentos de habilitação da *Lava-a-Jato e Estacionamento Ltda - ME* (doc. nº 18075-2018-18, p. 655/684);

xii) Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial nº 01/2018, realizada em 09/07/2018, contendo o histórico dos atos essenciais do certame, conforme segue (art. 9º, VI, do Decreto nº 3.555/2000 - doc. nº 18075-2018-22, p. 686/687):

**ATA DA PRIMEIRA SESSÃO DE LICITAÇÃO REFERENTE AO  
PREGÃO PRESENCIAL 01/2018**

Aos nove dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, às treze horas, na sala de audiência do Núcleo de Precatórios, na rua Desembargador Drumond, 41, 4º andar, reuniu-se a Pregoeira Graziella Melgaço Pires Furtado de Mendonça e membro da equipe de apoio composta pela Sra. Cláudia Sturzeneker Cypreste. Presentes, Sr. Antônio da Silva Júnior, Secretário de Apoio Administrativo e Sr. Francisco Eduardo Pereira, servidor da Secretaria de Apoio Administrativo, para abertura dos envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação referentes a esta licitação, Pregão Presencial nº 01/2018, que tem como objeto a contratação de empresa especializada em limpeza, higienização e lavagem de veículos, com fornecimento do material, equipamento e pessoal necessários à execução dos serviços. Aberta a sessão, presentes, além da Pregoeira e equipe de apoio, e os senhores da Secretaria de Apoio Administrativo, os representantes das licitantes: Marco Túlio Vinício Santos Reis (CNPJ 17.039.594/0001-47), Lava-a-Jato e Estacionamento Parada com Sabão Ltda. (CNPJ 10.610.976/0001-30) – representada por sua procuradora Daniela Souza Mendes (CI MG-6.090.043 – CPF 002.326.866-29) e Centro Automotivo Bandeirantes (15.247.633/0001-76) – representada por um de seus proprietários, Reginaldo Rocha dos Santos (CI 8.339.130-7 – CPF 006.168.058-87). No momento da verificação do credenciamento do licitante Marco Túlio Vinício Santos Reis, constatou-se a ausência de documento fundamental à fase do certame, ou seja, não foi apresentado o ato constitutivo da empresa e sim Documento Municipal de Licença (DML), motivo pelo qual foi afastado da disputa. Diante disto, Marco Túlio Vinício Santos Reis não



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria de Análise Jurídica

apresentará proposta. Foram credenciados os licitantes Lava-a-Jato e Estacionamento Parada com Sabão Ltda. (CNPJ 10.610.976/0001-30) e Centro Automotivo Bandeirantes (15.247.633/0001-76). Aberta a proposta da licitante Centro Automotivo Bandeirantes, a mesma foi numerada e rubricada pelos presentes. Após análise, constatou-se a falta de alguns dados, como, ausência de assinatura, preenchimento à mão e inexistência dos dados da empresa. Ocorre que, a despeito de o item 6.2 ser claro a respeito de como as propostas de preços devem ser apresentadas, a Pregoeira aplicou os princípios do formalismo moderado, da razoabilidade, da competitividade e da vantajosidade e decidiu pela não desclassificação da empresa, mantendo-a na disputa, porquanto almeja a melhor proposta para o Regional, a que seja mais vantajosa, haja vista que os dados da empresa estão apostos no envelope; o licitante é o proprietário da empresa e poderia assiná-la. Todos estes fatos foram expostos à outra licitante, oferecendo-lhe a oportunidade do contraditório, no momento oportuno. Aberta a proposta da licitante Lava-a-Jato e Estacionamento Parada com Sabão Ltda., a mesma foi numerada e rubricada pelos presentes. Após análise, constatou-se a ausência dos valores totais, descritos no subitem 6.2.2 do instrumento convocatório. Da mesma maneira e para não se perder a competitividade, a Pregoeira utilizou-se dos mesmos princípios, ou seja, do formalismo moderado, da razoabilidade, da competitividade e da vantajosidade, para que se a licitação tenha êxito. Considerou, ainda, o princípio da isonomia. Todos estes fatos foram expostos à outra licitante, oferecendo-lhe a oportunidade do contraditório, no momento oportuno. Realizada a fase de lances, sagrou-se vencedora do lote 01 a licitante Lava-a-Jato e Estacionamento Parada com Sabão Ltda. (CNPJ 10.610.976/0001-30), com o lance de R\$34.806,67 (trinta e quatro mil, oitocentos e seis reais e sessenta e sete centavos) e como vencedora do lote 02 a mesma licitante, Lava-a-Jato e Estacionamento Parada com Sabão Ltda. (CNPJ 10.610.976/0001-30), com o lance de R\$34.700,00 (trinta e quatro mil e setecentos reais). Diante dos valores apresentados, será considerado lote 02 – Lavagem Convencional, para prosseguimento do certame, uma vez que o valor de arrematação do lote 01 – Lavagem Ecológica, ficou maior. Abertos os documentos de habilitação da licitante vencedora, foram numerados e rubricados pelos presentes. Registre-se que, os documentos de nº 1, 2, 20 e 21, relativos respectivamente a certidão do CNJ, certidão do TCU e certidão do portal da transparência foram emitidas pela equipe de apoio no decorrer da sessão, com base no subitem 9.6.6 do edital. Analisados os documentos de habilitação, verificou-se que estão de acordo com o previsto no edital regente, à exceção da CND Federal. A licitante, de plano, confessou estar com pendências fiscais no âmbito federal, tendo deixado de apresentar qualquer documento em razão de o sítio da Receita Federal não emitir certidão positiva. Atentando-se ao item 9.15 do edital, a equipe de apoio buscou retirar do referido site a página em que consta a existência de pendências, porém por indisponibilidade ocorrida no site, não foi possível fazê-lo. Tal documento será retirado do site da Receita Federal assim que o mesmo voltar à sua funcionalidade. Sendo a licitante microempresa, portanto beneficiária do que contido nos art. 42 a 49 da Lei Complementar 123/2006, deverá entregar a referida certidão em até 05 (cinco) dias úteis. O atestado de capacidade técnica



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria de Análise Jurídica

necessitará sofrer diligência (art. 43, § 3º). Fica, portanto, suspensa a sessão, para reabri-la após o cumprimento da diligência e apresentação do documento faltante pela arrematante.

Após, assinaram a Ata, juntamente com a Pregoeira, o membro da equipe de apoio, os senhores da Secretaria de Apoio Administrativo e os representantes das licitantes: Lava-a-Jato e Estacionamento Parada com Sabão Ltda. (CNPJ 10.610.976/0001-30) e Centro Automotivo Bandeirantes (15.247.633/0001-76).

(grifamos)

xiii) correspondência eletrônica da Sra. Pregoeira aos Licitantes com esclarecimentos, conforme segue (doc. nº 18075-2018-23, p. 689/692):

Assim dispõe o item 9.3 do edital:

"9.3. As microempresas e empresas de pequeno porte, se não tiverem a regularidade fiscal, deverão providenciar a regularização da documentação no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da divulgação do resultado da fase de habilitação. Este prazo é prorrogável, mediante pedido da licitante, por igual período, a critério da Administração".  
(grifamos)

Lado outro, a Lei Complementar 123/2006, que dispõe sobre o tratamento diferenciado a ser dado às ME/EPP, preleciona o seguinte:

"Art. 42. Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

Art. 43. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

§ 2º A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação".



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Assessoria de Análise Jurídica

Conforme se verifica dos dispositivos supra, o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da administração, deverá se iniciar somente quando e se a empresa for declarada vencedora.

No caso em tela, o Lava-a-Jato Parada com Sabão deixou de ser declarado vencedor por ocasião da 1ª Sessão do PP 01/2018, em razão da necessidade de se efetuar diligências acerca do Atestado de Qualificação Técnica apresentado, as quais estão em andamento (art. 43, §3º, Lei 8666/93).

Assim, após a conclusão das referidas diligências, caso se entenda pela habilitação da empresa, será convocada mais uma Sessão para efetuar sua "declaração de vencedor", sendo neste momento aberto o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da situação fiscal.

Caso contrário, ou seja, se após as diligências se entender pela inabilitação do Lava-a-Jato Parada com Sabão, será convocada nova Sessão, a fim de se verificar a habilitação da segunda classificada, com a abertura do envelope apresentado, que foi retido e se encontra lacrado.

Do exposto, conclui-se que o referido prazo de 5 dias úteis foi equivocadamente aberto por ocasião da 1ª Sessão pela pregoeira, sendo ora retratado.

De qualquer maneira, solicito à empresa Lava-a-Jato Parada com Sabão que continue trabalhando para a solução do problema no menor tempo que for possível, a fim de que possamos dar ao processo licitatório a necessária celeridade.

(destaques originais suprimidos)

xiv) diligência empreendida pela Sra. Pregoeira com o Gerente de Licitações, Contratos e Convênios do IEPHA/MG acerca das informações prestadas no Atestado de Capacidade Técnica emitido por esse Instituto à *Lava-a-Jato Estacionamento LTDA.* - ME (doc. nº 18075-2018-24, p. 694/695), em vista do que encaminhou-se o Contrato nº 9041119/2015, celebrado entre essas pessoas jurídicas, com o detalhamento dos serviços prestados pela Empresa (doc. nº 18075-2018-24, p. 696/714);

xv) esclarecimentos complementares prestados pelo IEPHA/MG acerca do Atestado de Capacidade Técnica emitido por esse Instituto à *Lava-a-Jato Estacionamento LTDA.* - ME, do qual se destaca (doc. nº 18075-2018-25, p. 716/722):

1 A empresa Parada com sabão já realizou mais de 20 lavagens de veículos por mês ao IEPHA. Atualmente, nós do IEPHA reduzimos o volume de lavagem devido à crise do Estado e a falta de pagamento ao contratado. Aos veículos do IEPHA a empresa teve capacidade operacional de atendimento mensal, tanto é que estamos renovando o contrato com a empresa. Obs: anexo uma cópia da nota fiscal comprovando um mês de atendimento com mais de 20 lavagens/mês.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Assessoria de Análise Jurídica

2 – Conversei com Sr. Sergio Santana Diretor da Diretoria de Serviços Gerais e Transportes da Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais, 3.2180705 que informou-me o seguinte: A empresa Parada com Sabão prestou serviços à AGE até junho de 2017, e prestou serviços a contento. A AGE possui em BH 20 veículos. Outra referência é a Arcelor Mittal que por pelo menos 02 anos firmou contrato com a empresa, vide declaração anexa.

3 – Quanto a Lavagem a Seco (ecológica): A empresa no início do contrato, realizou alguns serviços ao IEPHA, entretanto não é o objeto principal do nosso contrato. Acompanhei esse serviço, certa vez, e constatei que foi bem prestado. Abaixo dois links de uma reportagem feita junto à empresa Parada com Sabão, referente aos serviços em comento.

<http://paradacomsabao.blogspot.com/2015/01/parada-com-sabao-na-tv-em-2015.html>

<http://paradacomsabao.blogspot.com/2014/10/carro-limpo-e-consciencia-limpa.html>

4 – Quanto a Lavagem convencional: é prestada a contento ao IEPHA, estamos tentando renovar o contato vide item 1 acima.

5 Por fim informo-lhes que a empresa Parada com Sabão está renovando a CND.

6 – Quanto ao nosso contrato e o edital de licitação já foram encaminhados ao TRT pelo Sr. Paulo Prates do setor de licitações do IEPHA.

Saliento que as informações acima, estão sendo passadas de forma imparcial, somente para auxiliá-la na avaliação e tomada de decisões [...]

xvi) Parecer técnico da SEAA sobre o Atestado de Qualificação Técnica apresentado pela *Lava-a-Jato Estacionamento LTDA.- ME*, conforme segue (CI/SEAA/338/2018 - doc. nº 18075-2018-26, 724/728):

Em atenção à solicitação de Vossa Senhoria, a Secretaria de Apoio Administrativo informa que a empresa Lava-a-Jato e Estacionamento Parada com Sabão Ltda., arrematante do PP 01/2018, apresentou Declaração que, somada às informações diligenciadas pela Secretaria de Licitações e Contratos, comprova que a empresa atende aos requisitos atinentes à qualificação técnica exigidos nos itens 9.7 e 9.8 do respectivo Edital e 11 do Termo de Referência (Anexo II do Edital).

Informa, ainda, que, conforme pesquisa realizada por meio do sítio <https://www.google.com.br/maps> (documentos anexo), verificou-se que a empresa está localizada a uma distância inferior a 5 (cinco) quilômetros



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Assessoria de Análise Jurídica

da Sede Administrativa deste Tribunal, atendendo, assim, à especificação exigida no item 14 do Termo de Referência.

Outrossim, esta Secretaria informa que, em diligência ao estabelecimento da licitante, constatou-se que ela conta com estrutura para realização dos serviços atinentes ao objeto do certame, possuindo estrutura que permite a entrada de veículos com altura de até 2,5 metros, o que atende ao item 5.2.1 do Termo de Referência.  
[...]

xvii) convocação para a continuidade da primeira Sessão, em 30/07/2018 (doc. nº 18075-2018-27 e 28, p. 730/734);

xviii) Lista de presença da Sessão de 30/07/2018 (doc. nº 18075-2018, p. 736);

xix) Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial nº 01/2018 (continuidade), realizada em 30/07/2018, contendo o histórico dos atos essenciais do certame, conforme segue (art. 9º, VI, do Decreto nº 3.555/2000 - doc. nº 18075-2018-30, p. 738):

**ATA DA PRIMEIRA SESSÃO DE LICITAÇÃO REFERENTE AO  
PREGÃO PRESENCIAL 01/2018 - CONTINUAÇÃO**

Aos trinta dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, às treze horas, na sala de audiência do Núcleo de Precatórios, situada na rua Desembargador Drumond, 41, 4º andar, reuniu-se a Pregoeira Graziella Melgaço Pires Furtado de Mendonça, e os membros da equipe de apoio composta pelos servidores André de Castro Righi Rodrigues e Cláudia Sturzeneker Cypreste para dar continuidade à sessão do Pregão Presencial nº 01/2018, que tem como objeto a contratação de empresa especializada em limpeza, higienização e lavagem de veículos, com fornecimento do material, equipamento e pessoal necessários à execução dos serviços. Reaberta a sessão, presentes, além da pregoeira e demais servidores já citados, os representantes das licitantes: Lava-a-Jato e Estacionamento Parada com Sabão Ltda. (CNPJ 10.610.976/0001-30) – representada por sua procuradora Daniela Souza Mendes (CI MG-6.090.043 – CPF 002.326.866-29) e Centro Automotivo Bandeirantes (CNPJ 15.247.633/0001-76) – representada pelo sócio/administrador Reginaldo Rocha dos Santos (CI 8.339.130-7 – CPF 006.168.058-87). Primeiramente, foi apresentada aos licitantes toda a documentação acrescida aos autos em razão da diligência realizada em torno do Atestado de Capacitação Técnica apresentado pela empresa primeira classificada, Lava-a-Jato e Estacionamento Parada com Sabão Ltda. Em seguida, foi lido em voz alta para todos os presentes o parecer apresentado pela unidade técnica, que considerou a citada empresa APTA para a prestação dos serviços objeto do certame. Diante do referido parecer, a pregoeira procedeu à declaração da empresa Lava-a-Jato e Estacionamento Parada com Sabão Ltda. (CNPJ 10.610.976/0001-30) como VENCEDORA da licitação. Neste momento, a pregoeira alertou a



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria de Análise Jurídica

empresa vencedora acerca da abertura do prazo de 5 dias úteis, prorrogáveis, para apresentação da Certidão de Regularidade junto à Receita Federal (item 9.6.2 do edital), em consonância com o art. 43, § 1º da LC 123/2006. Consignou-se, na oportunidade, que a pregoeira se equivocou ao abrir o prazo para apresentação do referido documento na ocasião do encerramento do primeiro encontro, em 09/07/2018, uma vez que, de conformidade com a LC 123/2006, a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das ME/EPP somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, o que restou retratado. Na sequência, em conformidade com o inciso XVIII, do art. 4º da Lei 10.520/2002, a pregoeira deu aos licitantes presentes a oportunidade de “manifestar imediata e motivadamente intenção de recorrer”. Neste momento, o Sr. Reginaldo Rocha dos Santos, sócio/administrador da segunda classificada, Centro Automotivo Bandeirantes, manifestou intenção de recorrer, nos seguintes termos: “a vencedora não conseguiu comprovar, com a apresentação do atestado de qualificação técnica, estar apta à prestação dos serviços de lavagem ecológica, o que influenciou em todo o processo de licitação (preço, etc). Discordamos também da forma como foi concedido o prazo para apresentação do documento de regularidade fiscal faltante (CND Federal), que acabou por beneficiar a licitante vencedora”. Desta forma, a pregoeira intimou desde já os presentes dos prazos para apresentação das razões e contrarrazões de recurso. O prazo para apresentação das razões recursais se iniciará em 31/07/2018, findando em 02/08/2018. O prazo para apresentação das contrarrazões se iniciará em 03/08/2018 e findará em 07/08/2018. Esclareceu-se, ainda, que, caso o objeto da licitação seja adjudicado à atual vencedora, Lava-a-Jato e Estacionamento Parada com Sabão Ltda, a referida adjudicação será publicizada por meio de comunicado no site do TRT da 3ª Região. Serão também encaminhados e-mails com a finalidade de dar ciência aos licitantes e demais interessados (SEAA). Lado outro, caso a vencedora deixe de apresentar o documento solicitado no prazo consignado, ou caso a pregoeira reconsidere sua decisão, será então convocada uma 2ª Sessão para abertura do envelope de habilitação da próxima classificada, Centro Automotivo Bandeirantes, o qual se encontra ainda lacrado e de posse da pregoeira desde o primeiro encontro, em 09/07/2018. Neste momento, a pregoeira mostrou a todos os presentes o referido envelope, ainda com o lacre. Por último, a pregoeira alertou que, ainda que o objeto do certame seja adjudicado à atual vencedora, Lava-a-Jato e Estacionamento Parada com Sabão Ltda, o envelope com os documentos de habilitação da segunda e última classificada, Centro Automotivo Bandeirantes, será mantido lacrado e arquivado até o momento da efetiva assinatura do instrumento contratual pela adjudicatária. Fica, portanto, encerrada a sessão. Assinaram a Ata, em conjunto com a Pregoeira, os membros da equipe de apoio e os representantes das licitantes: Lava-a-Jato e Estacionamento Parada com Sabão Ltda. (CNPJ 10.610.976/0001-30) e Centro Automotivo Bandeirantes (15.247.633/0001-76).

(grifamos)

xx) correspondência eletrônica da Licitante vencedora em resposta à tentativa de negociação do preço da Sra. Pregoeira, informando que “nossa



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Assessoria de Análise Jurídica

*proposta final de R\$ 34.700,00, já discutida e exaustivamente negociada por Vsa, com a ajuda dos demais representantes do Tribunal, na sessão presencial de lances, é claramente vantajosa para o TRT3, e também para nossa microempresa, que necessita de fontes seguras e sérias de receita, para sobreviver em tempos de crise e esperar que ela logo se amenize” (doc. nº 18075-2018-32, p. 750/751);*

xxi) proposta a Licitante vencedora, no valor de R\$34.700,00 (trinta e quatro mil e setecentos reais) (doc. nº 18075-2018-33, p. 754/757);

xxii) certidão positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, com validade até 29/01/2019 (doc. nº 18075-2018-34, p. 759);

xxiii) proposta final da Licitante vencedora, no valor de R\$34.686,00 (trinta e quatro mil e seiscentos e oitenta e seis reais) (doc. nº 18075-2018-35, p. 761/762); e

xxiv) manifestação da Sra. Pregoeira acerca de decisões tomadas no curso do certame, valendo destacar (doc. nº 18075-2018-41, p. 781/792):

**Do não credenciamento do Lava Jato Sheknah e de seu afastamento da disputa**

[...]

Em outras palavras, sendo o credenciamento ato facultativo, o licitante que não se credenciar para participar do certame poderá apresentar sua proposta normalmente, a qual deverá ser analisada pelo pregoeiro acerca de sua aceitabilidade. Não poderá, no entanto, dar lances em sessão, e nem apresentar recurso.

No caso em tela, por ocasião da sessão designada para o dia 09/07/2018, o Sr. Marco Túlio Vinício Santos Reis, empresário individual e proprietário do Lava Jato Sheknah, portava seu documento de identidade, consubstanciado pela Carteira Nacional de Habilitação – CNH e o “Documento Municipal de Licença – DML”, que se trata do “Alvará de Localização e Funcionamento” do empreendimento.

[...]

Desta forma, o documento hábil para o credenciamento do Sr. Marco Túlio seria seu registro como Empresário Individual, e não o documento apresentado, qual seja, “Alvará de Localização e Funcionamento”.

[...]

A pregoeira, seguindo a recomendação acima, oportunizou ao Sr. Marco Túlio que retirasse o documento de dentro do envelope de habilitação, momento em que se constatou a falta do ato constitutivo da empresa. Deste modo, considerando-se que o credenciamento, conforme já citado, é ato facultativo, cumpriria à pregoeira, então, deixar de credenciar o licitante, e receber sua proposta normalmente, analisando-a quanto à aceitabilidade, regularidade e preço. De outro lado, o licitante estaria



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Assessoria de Análise Jurídica

impedido de dar lances ou de recorrer de qualquer ato ocorrido na sessão. É o que se depreende do que foi explicitado acima.

Entretanto, especificamente no caso em testilha, entendeu por bem a pregoeira afastar o licitante da disputa, deixando de abrir o envelope contendo sua proposta e de efetuar a análise da mesma, pelas justificativas que se passam a listar.

Pelo fato de a pregoeira haver dado ao licitante a oportunidade de retirar o registro de empresário individual de seu envelope de habilitação, a fim de que pudesse se credenciar para dar lances, soube-se, de antemão, pela falta do citado documento, que o Lava Jato Sheknah estaria inabilitado por falta de comprovação de habilitação jurídica (item 9.5. do edital).

[...]

Ora, sabendo de antemão que o licitante não cumpriria com os requisitos da habilitação, não poderia a pregoeira exigir do mesmo, para participação no certame, que apresentasse declaração falsa, o que poderia ensejar, inclusive, penalidade de impedimento de participar de licitação e contratar com a Administração pelo prazo de até 5 anos, em conformidade com o art. 7º da Lei 10.520/2002.

Ademais, a pregoeira concluiu que o afastamento do Lava Jato Sheknah da disputa não causaria nenhum prejuízo, nem ao pretendo licitante, nem à Administração, uma vez que, mesmo que a pregoeira recebesse a citada declaração e admitisse sua proposta, e a mesma fosse classificada em primeiro lugar, no momento da abertura do envelope de habilitação, a empresa seria, de qualquer forma, afastada, pela falta de documentação relativa à sua habilitação jurídica.

Indo um pouco mais longe, esta pregoeira entende que qualquer proposta apresentada num procedimento licitatório tem o condão de influenciar nas propostas/lances dos demais licitantes. Aceitar uma proposta que, sabidamente seria afastada futuramente, poderia se constituir, portanto, em atitude temerária.

Os documentos apresentados pelo Lava Jato Sheknah encontram-se autuados por meio do protocolo 18075-2018-7. Como o licitante foi afastado da disputa e se retirou da sessão antes do término da mesma, foi colhida declaração do ocorrido, a qual se encontra autuada junto com os demais documentos, uma vez que o Sr. Marco Túlio não esteve presente no momento da assinatura da Ata.

**Das propostas apresentadas pelo Lava-a-Jato e Estacionamento Parada com Sabão e pelo Centro Automotivo Bandeirantes**

[...]

Entretanto, as propostas apresentadas por ambos os licitantes continham vícios de natureza formal e material, sanados pela pregoeira na própria sessão, conforme se fez contar em Ata (doc. 18075-2018-22).

[...]



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Assessoria de Análise Jurídica

A proposta (somente para o lote 2 – lavagem convencional) foi preenchida à mão, e dela não se fez constar os dados relativos à empresa, nem a assinatura do representante legal da mesma.

Em que pese haver sido preenchida à mão, contrariando o item 6.2. do instrumento convocatório, que determina que a proposta de preços deverá ser emitida por computador ou datilografada, os campos referentes aos valores foram preenchidos “com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas”.

Quanto aos dados relativos à empresa (nome e CNPJ), estes constam do envelope em que a proposta veio inserta, e relativamente à assinatura do representante legal, pôde ser suprida de imediato, uma vez que o representante da empresa estava presente na sessão. Ao assinar a proposta, convalidaram-se todas as informações nela contidas.

Diante disso, a pregoeira entendeu não haver dúvidas quanto à legitimidade e clareza da proposta e, com base nos princípios da razoabilidade, do formalismo moderado e do apego à verdade material, decidiu pela aceitabilidade da proposta apresentada pelo Centro Automotivo Bandeirantes.

Foram levados em consideração, ainda, os princípios da competitividade e da vantajosidade, haja vista que somente duas empresas se credenciaram e a desclassificação de uma delas em razão de vícios formais considerados perfeitamente sanáveis pela pregoeira, inviabilizaria qualquer tipo de disputa dentro da licitação, o que, certamente, geraria prejuízo para a Administração, que terminaria por efetivar contratação por valor menos vantajoso do que aquele obtido por meio de disputa.

[...]

Já a proposta apresentada pela licitante Lava-a-Jato e Estacionamento Parada com Sabão (doc. 18075-2018-10) atendeu a todos os requisitos contidos no edital, exceto quanto à informação relativa ao “Valor Total dos Grupos” e ao “Valor Total da Contratação”.

Como se pode apreender da análise da proposta, a mesma contém a especificação e os valores unitários referentes a todos os itens da contratação, porém, por algum equívoco, omitiram-se os subtotais relativos a cada Grupo (veículos de passeio, utilitários pequenos e utilitários grandes), assim como o somatório do valor total de cada lote, correspondentes à última linha e à última coluna, respectivamente, do modelo de proposta de preços constante do Anexo III do edital.

Considerando-se tratar de licitação em que a adjudicação do objeto se dará pelo valor total do lote, os lances em sessão seriam baseados no valor global anual. In casu, constatou-se a existência, na proposta, de erro de natureza material contornável por simples cálculo aritmético de adição.

A pregoeira não entendeu haver, aqui, erro ou falha substancial prejudicial ao conteúdo do documento, haja vista que todas as informações relativas aos valores dos itens estão presentes na proposta, bastando, como já



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria de Análise Jurídica

citado, cálculo aritmético simples, consubstanciado na soma dos referidos valores, para que se chegasse à informação relativa ao valor total. E assim se procedeu, conforme se verifica das planilhas contidas no doc. 18075-2018-11, onde constam os valores totais para os lotes 1 e 2.

Desta forma, pelas mesmas razões anteriormente citadas, e também considerando-se os princípios do formalismo moderado, da razoabilidade, da competitividade e da vantajosidade, a pregoeira entendeu pela admissibilidade da proposta da licitante Lava-a-Jato e Estacionamento Parada com Sabão, da forma como veio.

Ademais, entende a pregoeira, que deu tratamento isonômico a ambos os licitantes, haja vista que tanto a proposta de um, como a do outro, vieram eivadas de vícios solucionáveis.

Assim, não houve, s.m.j., prejuízo para a Administração, posto haver sido privilegiados os princípios da competitividade e da vantajosidade, e não houve, também, prejuízo aos proponentes interessados, que foram tratados de forma isonômica.

[...]

Em assim sendo, a pregoeira entende, s.m.j., que deu o melhor tratamento possível às falhas existentes nas propostas apresentadas pelos interessados, efetivando seu saneamento com base na lei, na jurisprudência e na melhor doutrina.

### **Da Habilitação do Lava-a-Jato e Estacionamento Parada com Sabão**

Aceitas as propostas e passada a fase de lances, o Lava-a-Jato e Estacionamento Parada com Sabão arrematou os dois lotes existentes. Relativamente ao lote 1 (lavagem ecológica), a empresa foi a única a apresentar proposta. Já quanto ao lote 2 (lavagem convencional), houve disputa por meio de lances.

Estando a licitante classificada em primeiro lugar, passou-se à abertura do envelope de habilitação da empresa, que se enquadra como ME/EPP. Da análise dos documentos, constatou-se que não foi entregue a Certidão de Regularidade junto à Receita Federal do Brasil.

[...]

Em que pese o fato de a lei determinar expressamente que as ME/EPP, “por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, m esmo que esta apresente alguma restrição”, esta pregoeira entendeu ser plausível a justificativa da licitante para a não apresentação de nenhuma certidão federal, senão vejamos.

O site da RFB, quando da existência de pendências, não emite qualquer documento ou certidão onde conste as respectivas restrições. Neste caso, o site apresenta tão somente uma mensagem alertando que as informações sobre o contribuinte são insuficientes para a emissão da



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Assessoria de Análise Jurídica

certidão por meio da internet. Se formos considerar o dispositivo legal em sua literalidade, o documento exigível do licitante, no presente caso, s.m.j., seria aquele em que constasse esta mensagem emitida pelo site, o único possível, e que nada nos diz.

A pregoeira, entendendo deste modo, com supedâneo no § 4º do art. 25 do Decreto 5.450/2015 e no item 9.15 do edital, solicitou à equipe de apoio que diligenciasse junto ao sítio da Receita Federal, no intuito de efetivar a emissão do documento. [...]

[...]

Desta forma, superada a falta do documento por meio da citada diligência, esta pregoeira considerou regular a documentação de habilitação apresentada pelo Lava-a-Jato e Estacionamento Parada com Sabão, ficando pendente, na ocasião, somente a realização de outras diligências relativas ao Atestado de Qualificação Técnica apresentado, além, é claro, da regularização pela licitante, nos moldes do contido no art. 43, § 1º, da Lei Complementar 123/2006, das pendências fiscais existentes no âmbito da União.

**Do valor de arrematação - Negociação**

Relativamente ao valor de arrematação, tem-se o seguinte:

Lote 2			
Valor de Referência	Valor Arrematado	Valor Negociado	Percentual Obtido
R\$ 41.973,47	R\$ 34.700,00	R\$ 34.700,00	0,00%

Insta frisar que, na própria sessão de lances, por se tratar de pregão presencial, a pregoeira intentou negociação junto à licitante vencedora, o que culminou no preço final arrematado de R\$ 34.700,00 (trinta e quatro mil e setecentos reais) - vide doc. 18075-2018-17.

Não obstante, após o encerramento da sessão presencial e anteriormente ao envio da proposta final pela vencedora, a pregoeira efetuou uma última tentativa de baixar ainda mais o valor arrematado, recebendo, no entanto, a negativa da licitante, em conformidade com o documento protocolado sob o nº 18075- 2018-32. Neste documento, a vencedora justifica sua negativa, alegando justamente já ter chegado ao seu preço máximo em razão de negociações havidas na própria sessão.

É de se ressaltar, ainda, que o valor constante da proposta final é de R\$ 34.686,00 (trinta e quatro mil, seiscentos e oitenta e seis reais), abaixo dos R\$ 34.700,00 (trinta e quatro mil e setecentos reais) arrematados, unicamente em razão de arredondamentos.

**Conclusão**

[...]



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Assessoria de Análise Jurídica

De todo o exposto, esta pregoeira concluiu que as empresas participantes do certame, do ramo de lava a jato, todas ME/EPP – haja vista se tratar de licitação exclusiva –, pela própria simplicidade do negócio, não têm uma estrutura administrativa altamente profissionalizada, como empresas de outros ramos normalmente teriam. Desta forma, esta pregoeira entende, s.m.j., que eventual desclassificação das participantes pelos motivos esposados e a realização de nova licitação não seria garantia de efetivação da contratação, haja vista que há grande chance de as mesmas situações, ou situações bem parecidas, virem a ocorrer novamente.

Assim sendo, a pregoeira buscou – dentro dos limites impostos pela lei e pelos princípios atinentes à licitação –, por meio da realização de diligências, efetuar o saneamento das falhas que se apresentaram no decorrer do certame, sempre no intuito de aproveitar o procedimento que já estava em curso e de obter a proposta mais vantajosa para a Administração.

(destaques originais; grifamos)

Após, o expediente foi submetido a esta Assessoria, para emissão de parecer, de modo a subsidiar a decisão da autoridade superior competente.

Pois bem.

Do cotejo de todo o relatado acima, observa-se que a i. Pregoeira promoveu criteriosa análise acerca do ocorrido durante as Sessões do PP nº 01/2018, trazendo robusta fundamentação legal que ampara sua atuação e decisões adotadas. Sendo assim, esta Assessoria corrobora o entendimento esposado e pede vênias para adotar os argumentos alinhavados no expediente de p. 781/792 (doc. nº 18075-2018-41), que abarcou toda a matéria jurídica que seria objeto deste parecer e não merece nenhum reparo.

Feito este relato do procedimento licitatório, conclui-se que foram observados os requisitos legais pertinentes, estando o processo apto à homologação pela digna autoridade competente (art. 4º, XXI da Lei nº 10.520/2002).

À vista do exposto, submeto o processo licitatório à consideração de V.Sª, para análise da conveniência e oportunidade de:

a) **ratificar** a decisão da Pregoeira, que conheceu e **negou provimento** ao Recurso interposto por *Centro Automotivo Bandeirantes Ltda. - ME*, bem assim que declarou vencedora do certame a empresa *Lava-a-Jato e Estacionamento Parada com Sabão Ltda. - ME*;

b) **adjudicar** o objeto licitado (Lote nº 02 – lavagem convencional), pelo valor de R\$34.686,00 (trinta e quatro mil e seiscentos e oitenta e seis reais), à



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Assessoria de Análise Jurídica

empresa *Lava-a-Jato e Estacionamento Parada com Sabão Ltda.- ME*, nos termos do art. 4º, XXI, da Lei nº 10.520/2002;

c) **homologar o resultado** do **Pregão Presencial nº 01/2018**, nos termos do art. 4º, XXI e XXII, da Lei nº 10.520/2002; e

d) **determinar** o encaminhamento dos autos à SELC para publicação da homologação no Diário Oficial da União e adoção das demais providências pertinentes.

À consideração superior.

Belo Horizonte, 06 de setembro de 2018.

Christiane Nogueira de Podestá  
Assessora de Análise Jurídica  
Portaria TRT/GP nº 21/2018